

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO

Edital 25/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	153035-UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA	10/06/2026 08:23 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23755.000433/2025-02

1. DO OBJETO

[PREGÃO ELETRÔNICO]

90068/2026

CONTRATANTE/**GERENCIADOR** (UASG)

(153035)

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de apoio às atividades do campo, abrangendo as categorias profissionais de TRATORISTA e TRABALHADOR AGROPECUÁRIO, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$303.329,52 (Trezentos e três mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 09:00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

[menor preço] por [item]

Modo de disputa:

[aberto e fechado]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90068/2026

(Processo Administrativo nº23755.000433/2025-02)

Torna-se público que o(a) [**Universidade Federal do Triângulo Mineiro**], por meio do(a) (Departamento de Licitações e Contratos) **responsável pelas licitações**], sediado(a) [Rua Frei Paulino, 30, Bairro Abadia, na cidade de Uberaba, MG.], realizará licitação, na modalidade [**PREGÃO ELETRÔNICO**], na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de serviços contínuos de apoio às atividades do campo, abrangendo as categorias profissionais de TRATORISTA e TRABALHADOR AGROPECUÁRIO, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. *sociedades cooperativas;*

3.7.13. *pessoas físicas.*

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

- 5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100 por cento.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte dias)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Valor do item	Intervalo mínimo entre lances
Até R\$ 49,99	R\$ 0,01
De R\$ 50,00 a R\$ 499,99	R\$ 1,00
De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	R\$ 10,00
De R\$ 1.000,00 a R\$ 2999,99	R\$ 20,00
De R\$ 3.000,00 a R\$ 9.999,00	R\$ 50,00
Acima de R\$ 10.000,00	R\$ 100,00
Acima de R\$ 100.000,00	R\$ 1000,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas brasileiras;

7.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 6 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.19.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.19.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regimento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.19.3. Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.19.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.20. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

9.10.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [diaac.iturama@uftm.edu.br], devendo ser agendada até 2 dias úteis antes da abertura das propostas, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [SEIS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até [SEIS] horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [5] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [5] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [5] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [5] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº

12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.10. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de **XX** %.

JUSTIFICATIVA: Considerando a justificativa contida no documento ANOTAÇÕES PROCESSUAIS 60/2025/DSL – PROCESSO SEI: 23755.000045/2025-13 (1765227), a área técnica optou por não prever um percentual mínimo de postos de trabalho reservados às mulheres vítimas de violência doméstica, portanto não sendo aplicável o disposto no item 10.10.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [\[\[https://sei.ufm.edu.br/\].](https://sei.ufm.edu.br/)

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [e-mail:bruna.oliveira@uftm.edu.br].

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.1.1. O preço ofertado será fixo e irrevogável, expresso em R\$ (reais), com apenas duas casas decimais.

16.1.2. No caso de preços (unitário ou total) com número de casas decimais superior a 02(dois) dígitos, o(a) Pregoeiro (a) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item anterior, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo.

16.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOVERNAMENTAIS e as do Anexo I do Termo de Referência, prevalecerão às últimas.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (<https://www.uftm.edu.br/proad/aquisicoes-e-licitacoes/pregao-eletronico>).

16.11. Fica a licitante vencedora obrigada a realizar o cadastramento de pelo menos de 01 (um) Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFTM, para fins de assinatura eletrônica de atas de registro de preços e /ou contratos.

16.11.1. O cadastro como Usuário Externo no SEI é personalíssimo, ou seja, sua operação é sob a responsabilidade da pessoa natural que opera o sistema e está condicionado à aceitação, pelo interessado, das regras que disciplinam o uso do SEI. Portanto, tem como consequência a responsabilização do usuário externo pelas ações efetuadas, as quais são passíveis de apuração nas esferas administrativa, civil e penal.

16.11.1.1. Para se credenciar, a licitante declarada vencedora deve preencher e enviar o Formulário de Cadastro disponível no site <http://uftm.edu.br/sei>.

16.11.1.2. Para que seja feita a liberação do cadastro, a licitante deverá encaminhar, para o endereço eletrônico: bruna.oliveira@uftm.edu.br, os seguintes documentos:

16.11.1.3. Cópias do RG e CPF ou outro documento de identidade com foto e que conste o número do CPF;

16.11.1.4. Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente preenchida e assinada (Anexo *** incluir).

16.11.1.5. Mais informações para efetivar o cadastro podem ser obtidas no Manual de Usuário Externo do SEI.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência: segue arquivo em pdf.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato: segue arquivo em pdf.

16.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta;

16.11.4. Anexo IV- Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços: disponível no drive, seguinte: link: https://drive.google.com/drive/folders/13DUFK50n_W1naYysNhDKeDhnzPlcLOSk?usp=drive_link

16.11.5 Anexo V. Declaração de Concordância e Veracidade;

16.11.6. Anexo VI – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

16.11.7. Anexo VII .Modelo de autorização para utilização de garantia e pagamento direto.

16.11.8. Anexo VIII. Declaração de Vistoria

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

ANEXO III. MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 90068/2026

Processo: 23755.000433/2025-02

LICITANTE:

CNPJ:

TEL.:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

CONTATO:

E-MAIL:

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviço contínuo de Trabalhador Agropecuário - referente a 3 (três) postos de trabalho no período de 1 (um) ano	15300	UNIDADE	1	R\$	R\$	R\$
2	Prestação de serviço contínuo de Tratorista - referente a 1 (um) posto de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL							R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Valor total por extenso: R\$ _____ (_____)

Validade da Proposta: Mínimo 120 dias;

Prazo de entrega: conforme Termo de Referência;

Prazo para pagamento: conforme Termo de Referência;

Ciente e de acordo com todos os termos do Edital. Nome do responsável pela assinatura eletrônica do contrato nos termos do item 14.13 do edital: _____;
_____, _____ de _____ de 20XX.
_____ Assinatura do Representante Legal.

Anexo V. Declaração de Concordância e veracidade

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE (Cadastro de Usuários Externos no SEI da UFTM) Nome Completo do Usuário: _____ CPF: _____

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF; Na hipótese de haver dúvida quanto à autenticidade dos documentos, a UFTM poderá, a qualquer tempo, exigir cópias autenticadas dos documentos e firmar e conhecida no Termo de Declaração de Concordância e Veracidade.

Anexo VI. Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em, _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de de 2021 em caso de irregularidades. (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 2024).

Anexo VI. Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical.

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em, _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de de 2021 em caso de irregularidades. (Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 2024)

Anexo VII. Modelo de autorização para utilização da garantia e de pagamento direto

CONTRATO Nº XXXX _____
(identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 90033/2025: 1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis. 2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (.....) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da (o), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta. 3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Anexo VIII. Declaração de vistoria

PREGÃO: 90068/2026 PROCESSO Nº 23755.000433/2025-02

Declaramos, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, representada pelo Sr (a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____/SSP - _____, vistoriou as dependências da UFTM, onde serão executados os serviços, constatou as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem contratados e recebeu as informações pertinentes, estando de acordo com as disposições do Edital. Local, _____, de _____ de 2026. _____
(assinatura do responsável – representante da UFTM) Nome ou carimbo Cargo ou carimbo Nº da cédula de identidade e órgão emitente

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 08:23:41.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
E CONTRATAÇÃO DIRETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

(Processo Administrativo nº 23755.000433/2025-02)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A [União], por intermédio do(a) [UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO], com sede no(a) Rua Frei Paulino, 30, Bairro: Abadia, na cidade de [Uberaba]/[MG], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [25.437.484/0001-61], neste ato representado(a) pelo(a) [Pró- Reitor de Administração, Prof. Dr. Lauro Osiro], nomeado pela Portaria de Pessoal nº 593, de 19 de junho de 2023, publicada no DOU de 20 de junho de 2023, com delegação de competência da Reitora, por meio da Portaria Reitoria nº 248, de 08 de novembro de 2024, publicada no DOU de 11 de novembro de 2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23755.000433/2025-02 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico 90068/2026], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio às atividades do campo, abrangendo as categorias profissionais de operador de máquinas pesadas (tratorista) e trabalhador agropecuário, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviço contínuo de Trabalhador Agropecuário - ref. a 3 postos de trabalho no período de 1 (um) ano	15300	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
2	Prestação de serviço contínuo de Operador de Máquinas Pesadas (Tratorista) -ref. a 1 posto de trabalho no período de 1 (um) ano	15300	Unidade	1	R\$	R\$	R\$
Total estimado					R\$		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação];
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [12 meses] contados do(a) [data de ____ de ____ de 20__], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *01 um (mês)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. Demais obrigações do contratante constam no Termo de Referência, anexo a este contrato, e todas vinculam ao mesmo

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o

CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;

9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

9.57. Demais obrigações do contratante constam no Termo de Referência, anexo a este contrato, e todas vinculam ao mesmo.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

14.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

14.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

14.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. *Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Uberaba, Seção Judiciária de Minas Gerais* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO

Termo de Referência 174/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
174/2025	153035-UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	NARA LUDIMILA CORREA CAMILO	29/05/2026 08:12 (v 0.19)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23755.000433/2025-02

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

(Processo Administrativo nº 23755.000433/2025-02)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de apoio às atividades do campo, abrangendo as categorias profissionais de TRATORISTA e TRABALHADOR AGROPECUÁRIO, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviço contínuo de Trabalhador Agropecuário - referente a 3 (três) postos de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$ 5.702,00	R\$ 17.106,00	R\$ 205.272,00
2	Prestação de serviço contínuo de Tratorista - referente a 1 (um) posto de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$ 8.171,46	R\$ 8.171,46	R\$ 98.057,52

1.2. Tabela resumo dos postos de trabalho a serem contratados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS CATEGORIAS	QUANTIDADE
1	Trabalhador Agropecuário (CBO: 6210-05)	3
2	Tratorista (CBO: 6410-15)	1

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente determinados por meio de especificações usuais de mercado, conforme prevê o Inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer o cumprimento da missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 25437484000161-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III) Id do item no PCA: 239;

IV) Classe/Grupo: 851/SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL;

V) Identificador da Futura Contratação: 153035-68/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a contratação que visa a prestação de serviços de apoio às atividades do campo, abrangendo as categorias profissionais de TRATORISTA e TRABALHADOR AGROPECUÁRIO para atuarem nas dependências da Fazenda-Escola da UFTM - Campus Iturama.

3.3. A prestação dos serviços será acompanhada do fornecimento de treinamentos, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução.

3.4. A quantidade de postos de trabalho apresentada no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência, destaca as quantidades máximas de postos de trabalho por função, podendo eventualmente esta quantidade ser menor ao longo da execução contratual, a depender da necessidade da Universidade, ficando nestes casos, postos de trabalho vagos, até que seja necessária novamente a ocupação.

3.5. Cabe apontar que a estimativa de profissionais pretendidos na presente contratação deu-se em virtude do aumento das demandas executadas pela Divisão de Apoio às Atividades de Campo, como, por exemplo: a expansão de atividades agrícolas e de pesquisa na fazenda escola, como a implementação de novos cultivos como banana, abacaxi, café, maracujá, figo, mamão, mandioca, campo agrostológico e ampliação da horta. A partir disso, a quantidade a ser contratada foi determinada por meio do levantamento de necessidades da área demandante, da expertise da unidade obtida pela fiscalização do contrato atual (Contrato Administrativo nº 37/2020), pelas projeções de ampliação de infraestrutura (doação de nova área) e pela oferta de novo curso no campus, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029. Em comparação com o contrato atual (Contrato Administrativo nº 37/2020), haverá o aumento de um posto de trabalho para o cargo Trabalhador Agropecuário.

3.6. Serão feitas medições e pagamentos somente dos postos de trabalho ocupados, a partir da conferência de cartões de registro de frequência para cada colaborador.

3.7. O fornecimento de uniformes, ferramentas e EPI's para cada posto de trabalho e suas respectivas funções ficará a cargo da empresa contratada, devendo a mesma realizar o controle e reposição dos itens, com a periodicidade estipulada neste Termo de Referência ou sempre que sua reposição for necessária, enviando os devidos comprovantes à fiscalização administrativa do contrato.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O Termo de Referência está alinhado com o Plano de Logística Sustentável (PLS-UFTM) que propõe programas e medidas de sustentabilidade socioambiental na UFTM. O Plano atende ao art. 16 do Decreto no 7.746 (de 5 de junho de 2012), e à Portaria SEGES/ME nº 8.678 (19 de julho de 2021), que preveem a elaboração do PLS na Administração Pública Federal.

<https://www.uftm.edu.br/proplan/planejamento-e-desenvolvimento/planejamento-estrategico/pdls/plano>

4.1.2. Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre o manejo adequado resíduos sólidos; realizar o manejo dos resíduos coletados e dos gerados na execução do serviço em conformidade com procedimentos adotados pela UFTM e com a legislação vigente; acondicionar adequadamente e de forma diferenciada resíduos reutilizáveis e recicláveis para fins de disponibilização à coleta seletiva ou logística reversa; respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e submeter seus funcionários à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante.

4.1.3. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes; substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; dar preferência ao uso de produtos biodegradáveis e usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

4.1.4. Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre consumo consciente de água, energia e materiais de consumo; adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, de energia elétrica e de materiais de consumo e submeter seus funcionários à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante.

4.1.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

4.1.6. Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre manejo adequado das áreas verdes e realizar o manejo das áreas verdes em conformidade com os procedimentos adotados pela UFTM e com a legislação vigente.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total OU [anual] da contratação, em razão da INSTRUÇÃO NORMATIVA REITORIA/UFTM Nº 27, DE 5 DE MAIO DE 2025, utilizada como referência para essa contratação.
- 4.4. Deverá ser exigida a garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fornecimentos de materiais que resultem em contratos administrativos, cujo valor estimado para a contratação seja superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais).
- 4.5. Caso o adjudicatário opte por uma das modalidades: a fiança bancária, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato, comprovantes originais ou autenticados de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.
- 4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la no prazo de no mínimo 1 (um) mês, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsão do Art. 96, § 3º da Lei 14.133/2021.
- 4.6.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.6.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.6.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.6.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.6.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.12. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.12.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.16.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.17.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.17.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.18.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.18.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.22. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo ser agendada até 2 dias úteis antes da abertura das propostas, através do seguinte e-mail: diaac.iturama@uftm.edu.br.

4.23. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.24. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.25. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.26. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Outros Requisitos

4.27. A contratação deverá atender o disposto:

4.27.1 No Decreto nº11.430/2023, sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho;

4.27.2 No Decreto nº12.174/2024, que trata sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

- 4.27.3. As empresas de prestação de serviços executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, contratadas pela UFTM, deverão observar as diretrizes deste Plano e do Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Discriminação instituídos pela Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promover práticas respeitadas e humanizadas.
- 4.27.4. Cabe à Contratada, custear e implementar programa de prevenção, proteção, informação, formação, segurança contra as práticas de assédio e discriminação.
- 4.27.5. Deverão ser observados os requisitos da IN Seges/MGI nº 81, de 2024 para aplicação de compensação de jornada em caso de necessidade e possibilidade.
- 4.27.6. Na IN Seges/MGI nº 213/2025 sobre a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1 Início da execução do objeto: da emissão da ordem de serviço, após a assinatura do contrato;
- 5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 5.1.2.1. A jornada padrão de trabalho será de 8 horas diárias, de segunda à sexta-feira, num total de 40 horas semanais, com intervalo de 1 (uma) hora para refeição, conforme o Art. 7º inciso XIII da Constituição Federal e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 148, DE 13 DE ABRIL DE 2026.
- 5.1.2.2. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços;
- 5.1.2.3. A Contratante definirá as escalas de horários para o cumprimento da jornada de trabalho, que poderá inclusive ser estabelecida fora do horário informado, inclusive aos sábados, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas desde que atendidas as exigências legais e aquelas contidas na Convenção Coletiva de Trabalho;
- 5.1.2.4. O horário de trabalho poderá, eventualmente, ser alterado, observando-se a jornada estipulada e, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, para executar tarefas extraordinárias, inclusive aos finais de semana e feriados;
- 5.1.2.5. Deverá ser disponibilizada mão de obra adequada, em atendimento às necessidades da Fazenda-Escola e Fazenda Redil da UFTM - Campus Iturama, conforme exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos;
- 5.1.2.6. Os cargos vagos por ocasião de faltas, férias ou afastamentos, deverão ser repostos;
- 5.1.2.7. Uniformes e equipamentos de proteção individual deverão ser fornecidos aos colaboradores pela contratada, devendo fazer sua reposição sempre que necessário, promovendo a segurança constante a todos;
- 5.1.3 Cronograma de realização dos serviços:
- 5.1.3.1 Os serviços serão executados com base nas necessidades identificadas e rotinas estabelecidas pela Divisão de Apoio às Atividades de Campo (DIAAC), em comum acordo entre a equipe de fiscalização e o preposto da contratada.
- 5.1.3.2. Os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas.
- Local e horário da prestação dos serviços**
- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:
- 5.2.1. Fazenda Escola Alípio Soares Barbosa: Rodovia BR 497, Km 241, Iturama-MG, CEP 38280-000;
- 5.2.2. Os serviços também poderão ser prestados em outros imóveis na região de Iturama - MG que a UFTM possa vir a ocupar durante o período contratual, mediante comunicação prévia à empresa Contratada;
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 07h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Os serviços a serem desempenhados pelos Trabalhadores Agropecuários estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Auxiliar nos trabalhos próprios de criação e tratamento de animais e da cultura agrícola, empregando processos e equipamentos manuais ou mecanizados;
- Preparar rações para animais e fornecer a alimentação, de acordo com orientação dos profissionais da área;
- Efetuar o manejo de animais, de acordo com orientação de profissionais da área;
- Participar dos trabalhos de vacinação e medicação do rebanho e de práticas conexas, seguindo as instruções recebidas;
- Efetuar limpeza, desinfecção e desinfestação de animais e instalações físicas, de acordo com métodos específicos definidos por profissionais da área;
- Auxiliar nas atividades agrícolas, desde a preparação do solo, até a armazenagem, valendo-se de equipamentos e processos adequados;
- Executar serviços diversos de agropecuária, como aplicar produtos veterinários em animais, ordenha mecânica e/ou manualmente, aplicar defensivos agrícolas em culturas, irrigar canteiros e plantas, colher culturas de rotina operando equipamentos básicos, de acordo com a exigência do serviço, seguindo orientação específica do modo e execução, visando auxiliar nos testes das técnicas pesquisadas, entre outras;
- Limpar, conservar e dar manutenção às áreas de experimento, celeiros, salas de ordenha, pastagens, casa de vegetação, máquinas, ferramentas e outros materiais pertencentes à área de atuação;
- Operar máquinas e equipamentos necessários à execução das tarefas;
- Auxiliar no transporte de materiais necessários à execução das atividades da área de atuação;
- Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;
- Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho;
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessária;
- Executar o tratamento e descarte de resíduos de defensivos agrícolas ou de materiais provenientes de áreas de experimentos com animais; e
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.

5.4.2. Os serviços a serem desempenhados pelo Tratorista estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Operar tratores, máquinas agrícolas, equipe agrícola e reboques montados sobre rodas para carregamento e descarregamento de material, roçada de terrenos e limpeza de vias, entre outros;
- Operar tratores para execução de serviços de aração, plantio, colheita, roçados, preparo do solo, construção de açudes, limpezas, construção de canais de irrigação, pulverização, distribuição de calcário, adubação e correção do solo;
- Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para carregar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras, materiais similares, arar, gradear, plantar, roçar, distribuir calcário, adubos, sementes e similares;
- Operar máquinas agrícolas como colheitadeiras, reboques, plantadeiras, equipamentos de transporte e armazenamento de grãos e produtos químicos;
- Operar enxada rotativa e sulcador;
- Operar máquinas de plantio direto;
- Realizar o transporte de adubos e esterco;
- Realizar o bombeamento de herbicidas e outros produtos químicos;
- Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- Por em prática às medidas de segurança recomendadas para operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- Abastecer diariamente os tratores e máquinas automotrizes.
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessária; e
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços do Trabalhador Agropecuário, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Equipamentos/Ferramentas - Trabalhador Agropecuário			
Ordem	Descrição	Unidade	Quantidade
Item 1	Motopoda à combustão	Un	1

Item 2	Perfurador de solo à combustão	Un	1
Item 3	Pulverizador costal à combustão (atomizador)	Un	1
Item 4	Minimotoserra de 6"	Un	2
Item 5	Lavadora de alta pressão (1900W)	Un	1
Item 6	Pulverizador costal à bateria	Un	4
Item 7	Roçadeira costal à combustão	Un	2
Item 8	Motoserra à combustão, sabre 25"	Un	1
Item 9	Tesoura de poda	Un	10
Item 10	Tesourão de poda	Un	2
Item 11	Rastelo plástico	Un	5
Item 12	Enxada	Un	10
Item 13	Enxadão	Un	5
Item 14	Facão	Un	5

5.5.1. Todos os materiais, insumos e peças de reposição e consumo utilizados na execução do objeto deste Termo de Referência deverão ser novos, fabricados e produzidos em estrita observância às normas, regulamentações e legislações vigentes, inclusive, de segurança no trabalho, além de certificados por entidades e laboratórios credenciados, quando cabível.

5.5.2. A pesquisa de preços de cada item consta no Anexo VII, deste Termo de Referência e seu valor total compõe a Planilha de Custo e Formação de Preços.

5.5.3. A disponibilização dos equipamentos pela CONTRATADA será mediante a modalidade COMODATO.

5.5.4. Os equipamentos são da contratada, pois a Administração está contratando os serviços e não comprando equipamentos, ou seja, embora o uso do equipamento seja indispensável para a prestação do serviço, o foco do contrato é a execução do serviço, e não a aquisição do equipamento em si.

5.5.5. Adquirir diretamente o equipamento pode não ser algo vantajoso para a administração, pois transfere não apenas o custo de depreciação, mas também os encargos de manutenção, que incluem cuidados extras, reparos frequentes e riscos de interrupções por quebras.

5.5.6. Equipamentos desgastados demandam despesas adicionais e podem comprometer a continuidade do serviço, preocupação que não existe quando essa responsabilidade é da contratada, fazendo com que a administração reduza riscos e concentre-se na execução do contrato, enquanto a empresa, mais apta, gerencia o funcionamento e manutenção do bem.

5.5.7. Com o fornecimento dos equipamentos por parte da contratada, a Instituição de ensino não precisará se preocupar com a aquisição de novos aparelhos, nem com a logística de armazenamento e transporte dos mesmos. Isso traz agilidade para a execução dos serviços, permitindo maior flexibilidade na alocação de recursos e na adequação do serviço às demandas específicas da Instituição, tais como o aumento temporário de equipamentos em épocas de maior necessidade (início de semestre, eventos acadêmicos, etc.).

5.5.8. No comodato, os custos de depreciação são “estimados”, baseados numa expectativa de vida útil e eventual valor residual do equipamento.

5.5.9. Como toda estimativa, a realidade pode ser diferente, com maiores ou menores custos efetivos. E isso faz parte da lógica do contrato, de serviços e não ressarcimento de custos. Assim como da cobrança por desempenho e não pelos custos efetivos da contratada.

5.5.10. A contratada deve manter o material entregue em comodato em uso no Campus, após o fim da vigência contratual por um período mínimo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, após solicitação.

5.5.11. Ao final da contratação, é responsabilidade da contratada recolher todo material entregue em comodato durante a execução do contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Trata-se de serviços contínuos para apoio às atividades do campo, abrangendo as categorias profissionais de Tratorista) e Trabalhador Agropecuário para atuarem nas dependências da Fazenda Escola e da Fazenda Redil da UFTM - Campus Iturama, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica;

5.6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

5.6.3. Para os colaboradores que exercerem atividades nas quais sejam assegurados os pagamentos de insalubridade e/ou periculosidade, conforme previsto na legislação vigente pertinente, será exigido tal cumprimento, sob pena de não aceitação da proposta;

5.6.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.6.5. Para estimativa dos custos, a empresa licitante deverá adotar o Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) fornecido pela Administração, devendo preenchê-la conforme a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada pela empresa, observando sempre o princípio da territorialidade (base territorial).

5.6.6. Encontra-se disposto, também, neste Termo de Referência a planilha referencial de quantitativo de uniformes e ferramentas, com previsão anual. Esses itens deverão ser cotados e inseridos na PCFP, sendo seus valores estimados mensalmente pela empresa licitante, considerando a depreciação anual, para o caso das ferramentas e o quantitativo de fornecimento anual, no caso dos uniformes.

5.6.7. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

5.6.8. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pela UFTM.

5.6.9. Na planilha de custos e formação de preços não foi previsto adicional de insalubridade/periculosidade para os profissionais envolvidos na contratação. Entretanto, após o início da prestação de serviços, conforme previsto no PARECER n. 00019/2023/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e Enunciado SUBCONSU nº 401, será emitido o laudo pericial, a ser realizado, preferencialmente pelo Serviço de Engenharia e Segurança do Trabalho (SEST - UFTM). Em caso de impossibilidade de atendimento por parte do setor, será observada a ordem prevista no referido parecer.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme e EPI deverá compreender as seguintes peças do vestuário, por empregado, para a função de Tratorista:

UNIFORME E EPI - TRATORISTA			
ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE NO INÍCIO DO CONTRATO	QUANTIDADE ANUAL
Bota de Segurança	Unidade	1	3
Bota de PVC, cano médio, preta	Unidade	1	2
Peneira couro sintético	Unidade	1	2

Luva de malha pigmentada	Unidade	2	6
Luva nitrílica	Unidade	2	6
Luva de raspa	Unidade	2	4
Chapéu árabe com proteção UV	Unidade	1	3
Conjunto EPI para agrotóxico	Unidade	2	4
Respirador descartável (PFF2)	Unidade	100	100
Protetor auricular tipo Plug	Unidade	4	8
Óculos de segurança incolor	Unidade	3	6
Colete tecido plástico reflexivo	Unidade	1	2
Capa de chuva, PVC, manga longa, capuz, com botões	Unidade	1	1
Crachá como foto 3x4 colorida e identificação completa	Unidade	1	1
Protetor solar fator 60	Unidade	2	6
Macacão masculino manga longa em tecido brim aberto na frente com botão	Unidade	2	2
Camisetas/camisa manga curta, tecido de malha, com no mínimo 60% algodão, poliéster e elastano, com o logotipo da empresa	Unidade	4	4
Camisa de brim manga longa, resistente, com faixa reflexiva	Unidade	2	2
Calça confeccionada em brim, jeans, algodão ou similares, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	2	2
Agasalho em tecido poliamida ou similar, com bolsos e logotipo da empresa	Unidade	1	1

5.8.2. O uniforme e EPI deverá compreender as seguintes peças do vestuário, por empregado, para a função de Trabalhadores Agropecuários:

UNIFORME E EPI - TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS			
ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE NO INÍCIO DO CONTRATO	QUANTIDADE ANUAL

Bota de Segurança	Unidade	1	3
Bota de PVC, cano médio, preta	Unidade	1	2
Peneira couro sintético	Unidade	1	2
Luva de malha pigmentada	Unidade	2	6
Luva nitrílica	Unidade	2	6
Luva de raspa	Unidade	2	4
Chapéu árabe com proteção UV	Unidade	1	3
Conjunto EPI para agrotóxico	Unidade	2	4
Respirador descartável (PFF2)	Unidade	100	100
Protetor auricular tipo Plug	Unidade	4	8
Protetor auricular tipo Concha	Unidade	1	1
Crachá como foto 3x4 colorida e identificação completa	Unidade	1	1
Óculos de segurança incolor	Unidade	3	6
Colete tecido plástico reflexivo	Unidade	1	2
Capa de chuva, PVC, manga longa, capuz, com botões	Unidade	1	1
Protetor facial telado	Unidade	1	1
Capacete de segurança	Unidade	1	1
Protetor solar fator 60	Unidade	2	6
Camisetas/camisa manga curta, tecido de malha, com no mínimo 60% algodão, poliéster e elastano, com o logotipo da empresa	Unidade	4	4
Camisa de brim manga longa, resistente, com faixa reflexiva	Unidade	2	2
Calça confeccionada em brim, jeans, algodão ou similares, com bolsos laterais e traseiros	Unidade	2	2
Agasalho em tecido poliamida ou similar, com bolsos e logotipo da empresa	Unidade	1	1

5.9. A Contratada deverá fornecer as quantidades previstas na coluna correspondente, das tabelas anteriores, no início do contrato. Sempre que apresentarem defeitos, desgastes ou não atenderem às condições mínimas de apresentação, a contratada deverá substituí-los, independente do prazo mínimo estabelecido. Em caso de necessidade de substituição, a Contratada deverá realizar no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após comunicação escrita do Contratante.

5.9.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.9.1.1. Conforto: Feito de tecidos respiráveis e confortáveis;

5.9.1.2. Durabilidade: Material resistente que suporte múltiplas lavagens;

5.9.1.3. Funcionalidade: Design prático com bolsos e fechamentos adequados;

5.9.1.4. Identificação: Incluir emblemas ou logotipos da empresa para identificação rápida;

5.9.1.5. Estilo profissional: Transmitir uma imagem profissional e coesa;

5.9.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.3. Os uniformes e EPI's deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.10.1 Desenvolver um plano de transição claro e abrangente que inclua a transferência de responsabilidades, cronogramas de trabalho e comunicação eficaz entre as partes envolvidas;

5.10.2. Fornecer treinamento adequado para a equipe entrante, garantindo que estejam familiarizados com os procedimentos operacionais, políticas de segurança e requisitos específicos do local; e

5.10.3. Assegurar que toda a documentação relevante, seja transferida de forma organizada e completa para a nova equipe.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato, entretanto, o preposto da empresa deverá se apresentar no local da execução do objeto sempre que necessário e realize vistorias periódicas, com intervalos máximos de 30 dias, para acompanhamento da execução e adequação dos serviços prestados, bem como à pedido dos fiscais/gestores, acompanhamento eventual da prestação do serviço nos locais da execução do objeto e a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Verificar e comparar a qualidade do serviço prestado e o que foi requisitado pela Administração Pública;

6.16.2 Comunicar empresa contratada, se for percebida, irregularidades durante a execução do contrato firmado; e

6.16.3 Fiscalizar o cumprimento, por parte da Contratada, das disposições da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho dos postos contratados, especialmente em relação a salários e benefícios.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.28.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.28.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.1.4. declaração individual de vínculo familiar (Anexo V) dos empregados da contratada que prestarão os serviços, em atendimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, a fim de assegurar que não haja prestadores de serviços que possuam vínculo familiar com agentes públicos que exerçam cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante.

6.34.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- 6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- 6.34.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.34.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- 6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

- 6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.56.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.56.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.57. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.57.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.57.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.59. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.60. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.61. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.62. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.63. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 6.64. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:
- 6.64.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;
- 6.64.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.65. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.
- 6.66. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.67. Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.67.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.67.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.67.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.67.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.67.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.67.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.67.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.67.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.67.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste termo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 Realização dos serviços conforme contratado;

7.4.2 Fornecimento de equipamentos e uniformes previstos; e

7.4.3 Aprovação pela equipe de fiscalização dos serviços executados e documentos apresentados.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

- 7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, considerar-se-á concluída a respectiva etapa contratual com a verificação periódica da execução dos serviços dos trabalhadores agropecuários e tratorista, realizada mensalmente pela Administração, abrangendo as atividades executadas no período de referência imediatamente anterior, mediante atesto da fiscalização quanto à efetiva e satisfatória prestação dos serviços, para fins de autorização do pagamento.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.32. A nota fiscal de prestador de serviço estabelecido fora do Município de Uberaba (SOMENTE PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS NO MUNICÍPIO DE UBERABA) deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, do respectivo RANFS- Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço, cabendo à CONTRATANTE acessar o site do Município de Uberaba para conferir todos os dados registrados pelo prestador de serviço no RANFS com os dados da nota fiscal de origem, devendo aceitá-lo ou rejeitá-lo.

7.33. Caberá ao prestador de serviço, sediado fora deste Município, realizar o cadastro junto à Central Tributária – ISSQN, conforme orientações disponíveis no endereço eletrônico <https://www.uftm.edu.br/PROAD/estrutura/dof/divisao-de-financas>, cabendo ainda realizar as devidas correções quando o RANFS for rejeitado pela CONTRATANTE, submetendo a versão corrigida para nova aprovação.

7.34. O contratado deverá informar na nota fiscal os tributos que serão retidos, conforme o Anexo I, da Instrução Normativa RFB No 1234, de 11 de janeiro de 2012 e, se serviços prestados conforme a Instrução Normativa RFB No 2110, de 17 de outubro de 2022, a retenção previdenciária.

7.35. O contratado deverá informar na nota fiscal os tributos que serão retidos, conforme o Anexo I, da Instrução Normativa RFB Nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e, se serviços prestados conforme a Instrução Normativa RFB Nº 2110, de 17 de outubro de 2022, a retenção previdenciária.

7.36. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.36.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.36.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.37. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.38. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.39. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.40. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.41. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.42. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.43. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA em todas as notas fiscais.

7.44. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.45. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.45.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.46. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.47. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.47.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.47.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.48. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.49. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.49.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.49.2 Para os custos decorrentes do mercado: contado da data de início do orçamento estimado, em 13/03/2026.

7.50. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.50.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.51. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.52. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.53. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.54. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.55. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.55.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.55.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.55.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.55.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.55.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.55.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.56. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.57. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.58. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.59. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.60. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.61. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.62. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.63. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.64. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.65. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.66. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.67. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.68. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.69. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.70. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.71. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.72. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.73. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.74. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.74.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.75. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.75.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.75.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.75.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime

jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.75.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.76. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.77. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.78. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.79. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.80. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.81. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.82. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.82.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.82.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.82.3 Multa sobre o FGTS; e

7.82.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.83. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.84. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.85. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.86. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.87. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.88. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.89. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.90. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, a depender do impacto causado à Administração, nos casos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

8.2.4.4. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato, nos casos de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência, para contrato com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.2.4.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15 Os procedimentos de apuração e de aplicação das sanções no âmbito da UFTM são disciplinados conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA REITORIA/UFTM Nº 25, DE 3 DE ABRIL DE 2025 de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade da UFTM, e na legislação vigente, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. Declaração de Vínculo Familiar de Sócios, Dirigentes e Administradores da Pessoa Jurídica (Anexo VI), em atendimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, na qual a empresa deverá atestar que seus sócio(s), dirigente(s), administradores e demais integrantes de seu quadro técnico ou societário não mantêm vínculo funcional com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), nem vínculo familiar, até o terceiro grau, com servidores que atuem em atividades relacionadas à contratação, como área demandante, planejamento, gestão e fiscalização da contratação pretendida.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.27. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de contratos firmados, conforme modelo constante do Anexo IV deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (Anexo III).

9.34.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.35.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.43.6.1. ata de fundação;

9.43.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.43.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.43.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.43.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.43.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.43.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de 303.329,52 (trezentos e três mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 153035/15242;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0031;

IV) Elemento de despesa: 37 - Locação de mão-de-obra; e

V) Plano interno: MCONTN01TRN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Iturama, 26 de maio de 2026.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMARIO NUNO MEIRELES DUARTE

Equipe de Planejamento

ALUISIO DOS SANTOS SALUSTIANO GRADELLA

Equipe de Planejamento

JOSE MENDES DOS SANTOS JUNIOR

Equipe de Planejamento

MARIA HELENA BIANCHINI GELIO

Equipe de Planejamento

MAURO FERREIRA MACHADO

Equipe de Planejamento

NARA LUDIMILA CORREA CAMILO

Equipe de Planejamento

RODRIGO DOS SANTOS SOARES

Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - ETP 95-2025.pdf (129.31 KB)
- Anexo II - Anexo II - Instrumento de Medicao de Resultado (IMR).docx.pdf (115.59 KB)
- Anexo III - Anexo III - Declaracao de Conhecimento.pdf (52.27 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Declaracao de Contratos Firmados.pdf (69.81 KB)
- Anexo V - Anexo V - Declaracao individual de vinculo familiar.pdf (86.97 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Declaracao de Vinculo Familiar de Socios_Dirigentes_Administradores de Pessoa Juridica.pdf (75.72 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - PCFP - Tratorista e Trabalhador Agropecuario.pdf (779.35 KB)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO

Estudo Técnico Preliminar 95/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23755.000433/2025-02

2. Descrição da necessidade

A presente contratação visa à prestação de serviços terceirizados de trabalhadores agropecuários e tratorista para atendimento das demandas da Fazenda-Escola e da Fazenda Redil da UFTM - Campus Iturama. Trata-se da continuidade dos serviços já executados na unidade (Contrato nº 37/2020), agora com necessidade de ampliação da força de trabalho em razão da expansão das atividades e da incorporação de novas áreas produtivas.

A ampliação da mão de obra dessa contratação é motivada, principalmente, pela implantação de projetos de ensino, pesquisa e extensão na Fazenda-Escola Alípio Soares Barbosa e na Fazenda Redil — esta última recentemente doada ao campus e incorporada ao patrimônio institucional. O aumento da área explorada e a diversificação das atividades agropecuárias também justificam a contratação de novos profissionais.

Entre as novas frentes de trabalho previstas, destacam-se: cultivo de culturas perenes (como café, banana, uva e maracujá), construção e manutenção de cercas internas e de divisa, compostagem de resíduos agrícolas, ampliação de sistemas de irrigação e manejo de animais domésticos. Tais atividades demandam mão de obra qualificada tanto para sua implementação quanto para sua manutenção contínua. A contratação de Tratorista e Trabalhadores Agropecuários é imprescindível para garantir a continuidade e a expansão das ações institucionais no campo.

Adicionalmente, destaca-se que o contrato vigente para a prestação desses serviços se encerrará em 07/12/2026, não havendo possibilidade de nova prorrogação, uma vez que terá atingido o prazo máximo legal de 60 meses e já estar em período de prorrogação emergencial. Ressalta-se que o referido contrato foi firmado com base na Lei nº 8.666/1993, a qual impõe esse limite máximo de vigência, não sendo, portanto, possível qualquer renovação contratual além desse período. Assim, torna-se necessária a formalização de novo processo de contratação para assegurar a continuidade das atividades sem prejuízo ao funcionamento da Fazenda-Escola e da Fazenda Redil.

A contratação dos serviços previstos neste Estudo Técnico Preliminar revela-se medida necessária, tendo em vista a inexistência de servidores, na UFTM – Campus Iturama, com atribuições compatíveis para execução das atividades pretendidas. Tal situação decorre do fato de que esses cargos foram extintos do serviço público, conforme dispõe o artigo 7º da Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Lei 9.262/2018.

Por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, não será admitida na licitação a participação de cooperativas de trabalho.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Apoio às Atividades de Campo (DIAAC)	Amário Nuno Meireles Duarte

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Campus Iturama, por meio deste processo de contratação, visa garantir o suporte operacional contínuo às atividades desenvolvidas em sua área rural, especialmente no contexto da Fazenda Escola e Fazenda Redil, com foco nos serviços prestados por profissionais nas funções de tratorista e trabalhador agropecuário.

A prestação dos serviços contratados deverá ocorrer de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme a natureza e especificidade das atividades executadas no campo. A rotina operacional da Fazenda Escola demanda acompanhamento diário, envolvendo o preparo e manejo do solo, tratamentos culturais, operação e manutenção de tratores e implementos agrícolas, manejo de animais, irrigação, conservação de áreas experimentais e apoio às atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão. Com a incorporação da Fazenda Redil ao patrimônio da Universidade, essa demanda irá aumentar.

Conforme dispõe o artigo 15 da IN nº 05/2017, os serviços contínuos são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.

Dada a natureza essencial e diária dessas atividades, qualquer interrupção comprometeria diretamente o desenvolvimento das atividades acadêmicas, técnicas e produtivas da instituição. Por essa razão, torna-se indispensável a contratação de mão de obra qualificada, com execução dos serviços em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, relativas à operação de máquinas agrícolas, ergonomia, segurança no trabalho rural e manuseio de animais e insumos agropecuários.

Cabe apontar, ainda, em consideração a natureza do objeto e em conformidade com o art. 6º, inciso XVI da Lei 14.133/2021, “os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos”, não será admitida a subcontratação do objeto, uma vez que a execução direta pela contratada constitui condição indispensável para o efetivo cumprimento do regime de dedicação exclusiva. A subcontratação comprometeria, especialmente, o não compartilhamento de recursos humanos e materiais, além de dificultar a fiscalização pela Administração quanto à correta alocação, controle e supervisão da mão de obra, ampliando os riscos operacionais e trabalhistas, bem como a perda de padronização e de qualidade na execução do objeto contratado. Além disso, a intermediação de terceiros pode gerar riscos à continuidade dos serviços, dificuldades na gestão da mão de obra, bem como impactos na segurança do trabalho, considerando o uso de máquinas agrícolas e a necessidade de observância rigorosa às normas de segurança e prevenção de acidentes. A execução direta também reduz riscos trabalhistas, previdenciários e operacionais.

As funções incluídas neste estudo – tratorista e trabalhador agropecuário – são classificadas, conforme o disposto no Decreto nº 9.507, de 2018, como atividades acessórias, instrumentais ou complementares, não integrantes do plano de cargos efetivos da Universidade. A terceirização desses postos está, portanto, em consonância com a legislação vigente, respeitando os limites e condições definidos para contratações indiretas de mão de obra pela Administração Pública Federal.

Além disso, há oferta significativa de empresas especializadas na terceirização de serviços agropecuários, garantindo ampla concorrência no certame e viabilizando a contratação mais vantajosa para a Administração, sob os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, podendo a futura contratada optar entre as modalidades recomendadas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21, a saber: por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. As demais particularidades relacionadas à garantia deverão estar descritas no Termo de Referência.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

As empresas licitantes poderão realizar vistorias, não obrigatória, nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento. A vistoria prévia aos locais de prestação dos serviços estará franqueada aos interessados para que, aqueles que assim o desejarem, tomem ciência de todas as condições inerentes ao objeto da presente licitação, cabendo ao licitante a responsabilidade por sua proposta, não sendo aceita posterior alegação de desconhecimento das condições inerentes à execução dos serviços.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, nas Convenções Coletivas de Trabalho, e exigidos no Termo de Referência. A carga horária será de 40 horas semanais – segunda a sexta-feira, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 148, DE 13 DE ABRIL DE 2026.

Para a participação no processo de contratação, os interessados deverão comprovar qualificação técnica, mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando que executa ou executou serviços terceirizados, conforme IN 05/2017, a fim de demonstrar experiência mínima para a execução do serviço.

Também será necessária declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, conforme modelo constante no Termo de Referência e seus anexos.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados, na execução do contrato, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) condizentes com a atividade, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Gestor, Fiscal ou dos substitutos em exercício inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao serviço contratado, inclusive perante a terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da

CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº. 14.133/21. Além dos requisitos supramencionados, que tratam de imposições específicas do escopo da contratação, serão exigidas as demais documentações de praxe relativas à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, e econômico-financeira, a serem detalhadas no Termo de Referência.

O contrato terá vigência de 1 (um) ano, contados a partir da data pré-estabelecida no instrumento contratual a ser firmado e assinado entre a UFTM e o licitante vencedor do certame, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021, e será realizado por meio de licitação com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, conforme previsto no art. 6º, XLI, da Lei 14.133 de 2021.

A contratada deverá considerar que a contratante utilizará a Conta-Depósito Vinculada, de acordo com a IN 05/2017-SEGES/MPDG, a fim de realizar o provisionamento de recurso financeiro para fins de quitação de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

Justificativas quanto às exigências

A exigência de experiência mínima, bem como da escolha da conta vinculada, se justificam por aspectos técnicos. As justificativas para cada um destes pontos são apresentadas a seguir.

1. Em relação à exigência de experiência mínima de 1 ano, informamos que se optou por este período pois corresponde à vigência inicial de um contrato que é geralmente de 12 meses. Esta exigência visa dificultar a participação de empresas que não tenham condições técnicas para serem contratadas acarretando o abandono do contrato.
2. A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado na UFTM, sendo utilizado em contratos vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.
3. Sobre a vedação à participação na licitação de cooperativas de trabalho, considerando que o objeto envolve serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quais se fazem presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego, a participação de cooperativas de trabalho mostra-se incompatível, fundamentada no Termo de Conciliação Judicial homologado na Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, cuja observância permanece obrigatória à Administração Pública Federal, conforme reafirmado pelo Parecer nº 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00006/2023/SGPP/CGU/AGU - NUP 00688.001058/2022-11, sequencial 27-30).

Crítérios e Práticas de Sustentabilidade

A contratação dos serviços de Apoio às Atividades do Campo na Fazenda Escola e Fazenda Redil da UFTM – Campus Iturama deverá ser realizada com observância rigorosa das normas ambientais visando garantir o respeito ao meio ambiente, devendo prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada, mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, além de:

A. Eficiência energética e sustentabilidade

É recomendado que a contratada adote medidas de eficiência energética e consumo consciente de recursos nas áreas operacionais do campo. Sempre que possível, deve-se evitar o uso de equipamentos obsoletos ou de alto consumo energético. No caso da utilização de estruturas com sistemas de iluminação, deverá ser priorizado o uso de lâmpadas LED, em detrimento das lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio ou mercúrio e de luz mista, conforme orientações ambientais vigentes.

B. Gestão de resíduos e impactos ambientais

Durante a execução das atividades agropecuárias, como preparo do solo, plantio, colheita, manutenção de áreas produtivas e serviços com trator, a contratada deverá adotar práticas adequadas para a gestão de resíduos e minimização de impactos ambientais. Isso inclui a correta separação, acondicionamento e destinação de resíduos orgânicos, recicláveis e perigosos, de acordo com as seguintes normas:

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA nº 401/2008 (para pilhas, baterias e componentes de equipamentos utilizados);
- Normas da ABNT (NBR) aplicáveis a resíduos sólidos agrícolas e rurais, como, por exemplo, a NBR 9843-1, a NBR 10004 e a 12235.

É de responsabilidade da contratada garantir o descarte correto de embalagens de agrotóxicos (quando utilizadas), resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos, plásticos, lonas, pneus, peças de maquinário e demais insumos gerados durante as operações agropecuárias.

C. Segurança, saúde do trabalhador e conformidade legal

A contratada deverá cumprir integralmente as exigências de Saúde e Segurança do Trabalho e seguir as Normas Regulamentadoras (NRs) específicas, especialmente aquelas relacionadas à atividade rural, como:

- NR-31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura;
- NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Como parte obrigatória do contrato, a empresa contratada deverá apresentar, após a assinatura do contrato:

1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) ou sua substituição conforme a legislação atual (Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR);
2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
3. Comprovantes de realização de treinamentos obrigatórios dos funcionários, especialmente aqueles admitidos ao longo da execução contratual.

Além disso, a empresa deverá:

- Disponibilizar EPIs adequados à função de tratorista e trabalhador agropecuário, considerando as condições climáticas e a natureza das atividades rurais (ex: luvas, botinas, protetores auditivos, chapéus, protetores solares, máscaras, etc.);
- Garantir que seus colaboradores estejam treinados para operação segura de tratores, implementos agrícolas e manejo de animais, bem como para atuar em conformidade com boas práticas de conservação do solo e da água;
- Orientar e fiscalizar o cumprimento das normas internas de segurança, incluindo a prevenção de incêndios, acidentes com máquinas, riscos biológicos e exposição a produtos químicos;
- Administrar eventuais emergências e acidentes com eficácia, mitigando os impactos à saúde dos empregados, aos bens públicos e ao meio ambiente;
- Abster-se de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de funcionário no quadro da empresa.

D. Treinamento e educação ambiental

A contratada deverá promover, durante a vigência contratual, ações de treinamento com seus empregados visando:

- Redução do consumo de água e energia elétrica no ambiente rural;
- Uso racional de insumos e materiais;
- Prevenção à contaminação ambiental;
- Redução da produção de resíduos sólidos nas atividades agrícolas;
- Fortalecimento da cultura de educação ambiental e respeito ao meio rural.

E. Responsabilidades complementares

A contratada deverá também:

- Observar e respeitar a destinação correta dos resíduos recicláveis às estruturas de coleta seletiva existentes nas dependências da Instituição;
- Manter conduta compatível com os princípios da Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e sustentabilidade.

5. Levantamento de Mercado

Análise das alternativas existentes

Com base em pesquisas de práticas adotadas por instituições públicas, além da análise de contratações semelhantes realizadas por órgãos da Administração Pública, foi identificado que o mercado apresenta, predominantemente, duas soluções para a prestação dos serviços de apoio à atividade do campo:

Solução 1: A empresa contratada realiza os serviços conforme demanda, sem a alocação fixa e exclusiva dos profissionais. A atuação é eventual ou intermitente, a depender da solicitação da contratante.

Solução inviável, porque a contratação sob demanda não atende à necessidade de continuidade e regularidade exigida nas atividades agropecuárias, que requerem acompanhamento constante, execução de tarefas com prazos definidos e intervenções imediatas em caso de imprevistos climáticos ou operacionais. Essa solução fragiliza a gestão das rotinas agrícolas e pode comprometer a execução adequada das atividades, além de dificultar o planejamento e a alocação de recursos.

Solução 2: A empresa contratada disponibiliza profissionais em tempo integral, com dedicação exclusiva da mão de obra, atuando de forma contínua e sob supervisão da contratante, conforme as rotinas e necessidades da unidade.

Solução viável, uma vez que a contratação com dedicação exclusiva permite maior integração do profissional à rotina da unidade, especialmente em atividades contínuas de campo, como o manejo agrícola, operação de tratores, irrigação, preparação de solo, entre outras. A presença diária do profissional favorece o conhecimento técnico-operacional da área, a familiarização com os processos internos e o alinhamento com o calendário acadêmico e as necessidades específicas da instituição. Além disso, esse modelo assegura maior produtividade, eficiência e agilidade, sendo amplamente adotado por outras instituições públicas em contratações similares.

Justificativa da solução escolhida

Considerando diferentes fontes, bem como analisando-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, a solução escolhida é a contratação

de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A Solução 2 oferece um equilíbrio ideal entre flexibilidade, controle de custos e eficiência operacional, adaptando-se perfeitamente às necessidades dinâmicas e exigentes desta instituição de ensino. Além disso, esta solução permite a inserção dos profissionais na rotina operacional do setor, possibilitando maior comprometimento, produtividade e familiaridade com os processos específicos da unidade, além de evitar a descontinuidade e os atrasos que poderiam ocorrer com a contratação sob demanda.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, para a atuação nas atividades de apoio à atividade do campo, por meio de mão de obra com dedicação exclusiva, voltada ao atendimento das necessidades operacionais e pedagógicas da UFTM - Campus Iturama – MG.

A justificativa para a contratação está fundamentada na alta demanda diária por atividades de apoio às atividades do campo, aliada à insuficiência de servidores efetivos para atender a essas rotinas de forma adequada, segura e eficiente.

O serviço em questão se caracteriza como terceirização de mão de obra contínua, estando aberto à participação de todas as empresas que atendam aos critérios de habilitação exigidos.

A contratação será realizada com base em postos de trabalho com dedicação exclusiva, e não pela quantidade de serviços entregues, uma vez que as demandas são contínuas, variáveis e, em muitos casos, não resultam em um produto final mensurável. O objetivo principal é garantir a execução imediata e ininterrupta de atividades operacionais que dão suporte às rotinas acadêmicas, administrativas e produtivas da Universidade.

Trata-se de um serviço de natureza contínua e difusa, cujas ações são executadas de forma dinâmica, não sendo viável a medição por metas ou resultados. Dessa forma, exige-se a disponibilização permanente da força de trabalho, com dedicação integral às atividades institucionais, como operação de máquinas agrícolas (tratores), preparo e manejo de solo, irrigação, entre outras.

A presente contratação visa prover a UFTM de uma empresa especializada na disponibilização de trabalhadores agropecuários e tratorista, com vistas a garantir a continuidade e a qualidade das atividades de campo, contribuindo diretamente para a preservação da infraestrutura, para a segurança ambiental e para o cumprimento da missão institucional.

Os serviços seguirão os dispostos no Código Brasileiro de Ocupações – CBO de cada função e deverão respeitar as Convenções Coletivas de Trabalho – CCT da categoria envolvida. As categorias a serem contratadas são:

- 6410-15 – Tratorista
- 6210-05 – Trabalhador Agropecuário

Os colaboradores devem trabalhar devidamente uniformizados e com os materiais necessários à realização do serviço. Deverão se portar de forma adequada, mantendo a postura, demonstrando atenção, capacidade de trabalhar em equipe e autocontrole na execução das atividades, reportando-se sempre que necessário ao encarregado ou prepostos.

Especificações Gerais da Função:

6410-15 – Tratorista Agrícola

Arador; Operador de adubadeira; Operador de implementos agrícolas; Operador de máquina agrícola; Tratorista operador de roçadeira; Tratorista operador de semeadeira.

Descrição Sumária

Operam, ajustam e preparam máquinas e implementos agrícolas, realizam manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos, empregam medidas de segurança e auxiliam no planejamento de plantio.

6210-05 - Trabalhador agropecuário em geral

Agregado - na agropecuária; Arameiro (colocador de arames); Arrendatário - na agropecuária; Bóia-fria - na agropecuária; Camarada - na agropecuária; Campeiro - na agropecuária; Camponês na agropecuária; Colono - na agropecuária; Curador de animais - na agropecuária; Destocador - na agropecuária; Diarista - na agropecuária; Exterminador de insetos - na agropecuária; Fazedor de cerca - inclusive na agropecuária; Limpador de pasto - na agropecuária; Meeiro - na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Operador de engenho; Parceiro na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Peão - na agropecuária; Pegador de animais - na agropecuária; Peneirador - na agropecuária, Rendeiro na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Roceiro - na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Trabalhador braçal - na agropecuária - conta própria; Trabalhador braçal - na agropecuária - exclusive conta própria; Trabalhador braçal - na agropecuária - exclusive empregador; Trabalhador da coleta de sementes; Trabalhador da produção de sementes agrícolas; Trabalhador de enxada - na agropecuária; Trabalhador na formação de pastagem; Trabalhador rural - na agropecuária - exclusive conta própria; Trabalhador rural - na agropecuária - exclusive empregador.

Descrição Sumária

Tratam animais da pecuária e cuidam da sua reprodução. Preparam o solo para plantio e manejam área de cultivo. Efetuam manutenção na propriedade. Beneficiam e organizam produtos agropecuários para comercialização. Classificam-se nessa epígrafe somente os que trabalham em ambas atividades - agrícolas e da pecuária.

Caracterização dos Serviços

A - Trabalhador Agropecuário - (CBO: 6210-05)

As atividades a serem executadas pelos trabalhadores agropecuários compreendem, entre outras atribuições:

- Auxiliar nas rotinas relacionadas à criação, manejo e tratamento de animais, bem como às atividades agrícolas, utilizando processos manuais ou mecanizados;
- Preparar e fornecer alimentação aos animais, conforme orientação técnica dos profissionais responsáveis;
- Efetuar a limpeza, desinfecção e desinfestação de instalações e animais, conforme métodos previamente definidos;
- Apoiar atividades agrícolas desde o preparo do solo até a colheita e armazenagem, utilizando equipamentos e práticas adequadas;
- Executar atividades diversas no âmbito agropecuário, como: aplicação de produtos veterinários, ordenha (manual ou mecânica), aplicação de defensivos agrícolas, irrigação, colheita, e demais rotinas operacionais;
- Auxiliar na realização de testes técnicos e experimentação agropecuária, conforme diretrizes dos responsáveis pela pesquisa ou produção;
- Manter limpos e conservados os espaços e equipamentos utilizados, como áreas experimentais, celeiros, salas de ordenha, pastagens, estufas, ferramentas e demais materiais;
- Operar máquinas e equipamentos compatíveis com as atividades agrícolas, conforme orientações recebidas;
- Auxiliar no transporte interno de materiais e insumos necessários à execução das atividades do setor;
- Observar e aplicar as normas de segurança do trabalho, utilizando adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Atuar conforme os princípios de biossegurança, zelando pelo uso, guarda, conservação e limpeza dos instrumentos, equipamentos e do ambiente de trabalho;
- Executar o descarte e tratamento adequado de resíduos oriundos do uso de defensivos agrícolas e das atividades experimentais com animais;
- Executar outras tarefas correlatas que venham a ser determinadas, conforme a necessidade institucional.

B - Tratorista - (CBO: 6410-15)

As atividades a serem desempenhadas pelos tratoristas incluem, entre outras:

- Operar tratores, máquinas agrícolas e implementos diversos, em serviços de preparo do solo, aração, plantio, colheita, roçadas, adubação, distribuição de calcário, pulverização, construção de canais de irrigação e açudes, entre outros;
- Conduzir e manobrar tratores e equipamentos, acionando motores e comandos de direção, de acordo com as demandas operacionais;
- Operar mecanismos de tração e implementos agrícolas (como arados, grades, sulcadores, plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, reboques etc.) para execução de atividades específicas;
- Executar atividades de transporte de adubos, estercos, sementes, materiais diversos e produtos químicos, conforme orientações de segurança;
- Operar máquinas especializadas como: plantadeiras, colheitadeiras, enxadas rotativas, sulcadores e equipamentos de plantio direto;
- Realizar bombeamento e aplicação de herbicidas e outros produtos químicos agrícolas;
- Zelar pela qualidade e andamento dos serviços executados, realizando os ajustes necessários para garantir sua eficiência e segurança;
- Cumprir rigorosamente as normas de segurança para operação e estacionamento das máquinas, a fim de prevenir acidentes;
- Efetuar a limpeza, lubrificação e manutenção básica dos tratores e implementos, de acordo com o manual do fabricante, incluindo providências para substituição de pneus, quando necessário;
- Observar e aplicar as normas de segurança do trabalho, utilizando adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Executar outras atividades correlatas que venham a ser atribuídas, conforme as necessidades da instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de profissionais pretendidos na presente contratação deu-se em virtude do aumento das demandas executadas pela Divisão de Apoio às Atividades de Campo, como, por exemplo: a expansão de atividades agrícolas e de pesquisa na fazenda escola, como a implementação de novos cultivos como banana, abacaxi, café, maracujá, figo, mamão, mandioca, campo agrostológico e ampliação da horta. A partir disso, a quantidade a ser contratada foi determinada por meio do levantamento de necessidades da área demandante, da expertise da unidade obtida pela fiscalização do contrato atual (Contrato Administrativo nº 37/2020), pelas projeções de ampliação de infraestrutura (doação de nova área - Fazenda Redil) e pela oferta de novo curso no campus, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029. Em comparação com o contrato atual (Contrato Administrativo nº 37/2020), haverá o aumento de um posto de trabalho para o cargo Trabalhador Agropecuário. Dessa forma, estimou-se a seguinte quantidade de postos de trabalho a serem contratados:

--	--

Tipo de Serviço	Quantidade de Postos
Tratorista (CBO: 6410-15)	1
Trabalhador Agropecuário em Geral (CBO: 6210-05)	3
Total	4

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 303.329,52

O custo estimado total da contratação é de R\$ 303.329,52 (trezentos e três mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela que segue.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviço contínuo de Trabalhador Agropecuário - referente a 3 (três) postos de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$ 5.702,00	R\$ 17.106,00	R\$ 205.272,00
2	Prestação de serviço contínuo de Tratorista - referente a 1 (um) posto de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$ 8.171,46	R\$ 8.171,46	R\$ 98.057,52
TOTAL ESTIMADO							R\$ 303.329,52

A estimativa do valor da contratação foi elaborada considerando os quantitativos de profissionais previstos para cada função, bem como os custos relacionados ao fornecimento de uniformes, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme demonstrado na planilha de custos e formação de preços anexa ao processo.

Para a composição dos custos de mão de obra, foi realizada consulta ao sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>), com o objetivo de identificar Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais objeto da presente contratação. Contudo, verificou-se a inexistência de convenções coletivas vigentes para as referidas categorias no município de Iturama. Diante disso, para a definição dos salários dos postos de Tratorista e Trabalhador Agropecuário, adotou-se, como parâmetro pesquisa direta junto a empresas prestadoras do serviço, mediante solicitação formal de cotação por e-mail.

No que se refere aos custos dos uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e ferramentas, a pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando-se, prioritariamente, os parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 5º. Nos casos em que não foi possível a obtenção de, no mínimo, três preços válidos por esses critérios, adotou-se, subsidiariamente, o parâmetro previsto no inciso III do referido dispositivo, conforme Nota Técnica constante no processo.

Ressalta-se, ainda, que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, tendo em vista a inexistência de item padronizado que atenda às especificidades da presente contratação, referente aos serviços de Tratorista e Trabalhador Agropecuário. Dessa forma, considerando as particularidades operacionais, técnicas e de execução dos serviços demandados e a ausência de Catálogo Eletrônico de Padronização para os itens a serem licitados, fez-se necessária a elaboração de especificações próprias, compatíveis com as necessidades da Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência e da competitividade, a regra geral nas contratações públicas é o fracionamento do objeto sempre que tal medida se revelar técnica e economicamente viável. Essa prática visa à otimização dos recursos disponíveis no mercado, ampliando a participação de um maior número de licitantes, inclusive daqueles que não dispõem de capacidade operacional para executar a totalidade do objeto, mas que podem atender de forma autônoma a partes específicas da contratação. O parcelamento, portanto, configura-se como regra e deve ser adotado sempre que o objeto se mostrar divisível, desde que sua fragmentação não comprometa a integralidade da solução pretendida nem ocasione perda de economia de escala.

Isto posto, optou-se pelo parcelamento da solução da seguinte forma: primeira parcela composta pelo posto de trabalho de tratorista e a segunda parcela composta pelos postos de trabalho de trabalhador agropecuário.

Dessa forma, é possível garantir uma maior concorrência no aspecto geral da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O serviço a ser contratado por este certame não necessita da realização de outras contratações correlatas e/ou interdependentes para que os seus objetivos sejam atingidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento está de acordo com o Planejamento de Contratações Anual

I) ID PCA no PNCP: 25437484000161-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III) Id do item no PCA: 239;

IV) Classe/Grupo: 851/SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL;

V) Identificador da Futura Contratação: 153035-68/2026.

As informações referentes à disponibilidade orçamentária serão informadas em momento oportuno durante o processo pela Divisão de Gestão Orçamentária.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a futura contratação, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Campus Iturama visa assegurar a continuidade e o pleno funcionamento das atividades de campo desenvolvidas nas áreas experimentais da Fazenda-Escola, em consonância com os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, além da possibilidade de iniciar as atividades na Fazenda Redil, área incorporada ao patrimônio da instituição recentemente.

Do ponto de vista econômico, a contratação é tecnicamente viável e vantajosa, tendo em vista que a instituição já dispõe de contrato similar em vigência, sendo esta apenas uma substituição contratual, com adequação no quantitativo, para atender às necessidades atuais da Universidade.

Benefícios Diretos

- Otimização da produção agropecuária: A presença de equipe qualificada, composta por trabalhadores agropecuários e tratoristas, permitirá a execução adequada das rotinas de manejo animal, cultivo agrícola, entre outras, otimizando a produção da fazenda-escola e o uso das áreas experimentais.
- Aprimoramento das atividades práticas: Os profissionais contratados poderão auxiliar diretamente nas aulas práticas, proporcionando aos estudantes uma formação técnica mais completa, segura e condizente com a realidade do setor.
- Fortalecimento da pesquisa e da extensão: Com suporte operacional adequado, será possível desenvolver projetos de pesquisa e extensão com maior qualidade e regularidade, contribuindo para a inovação e o desenvolvimento regional.
- Eficiência administrativa: A contratação evita sobrecarga de servidores efetivos, garantindo regularidade nas atividades operacionais e favorecendo a continuidade dos serviços institucionais.
- Geração de empregos e função social: A contratação contribui para a geração de empregos diretos no município de Iturama-MG, promovendo o fortalecimento da economia local e o cumprimento da função social da universidade.

Benefícios Indiretos

Em termos institucionais, a contratação contribui para o fortalecimento da missão da UFTM, garantindo os meios necessários para que o campus Iturama continue exercendo seu papel estratégico na formação de cidadãos, no avanço do conhecimento científico e no compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que o serviço objeto desta contratação já é prestado na Universidade, há uma rotina consolidada para a fiscalização da contratação, bem como para o atendimento às demandas do setor de Apoio às Atividade do Campo, da UFTM - Campus Iturama. Dessa forma, não são necessárias providências em relação à possíveis adaptações no órgão, de grandes medidas ou providências para viabilizar a execução do objeto a ser contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A relação dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços contratados e as respectivas medidas mitigadoras são apresentadas na tabela abaixo.

Possível impacto ambiental	Medidas mitigadoras
Poluição causada pelo manejo inadequado de resíduos	<ul style="list-style-type: none">I nclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre o manejo adequado de resíduos sólidos”.Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “realizar o manejo dos resíduos coletados e dos gerados na execução do serviço em conformidade com os procedimentos adotados pela UFTM e com a legislação vigente”; “acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos reutilizáveis e recicláveis para fins de disponibilização à coleta seletiva ou logística reversa”; “respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos”; e “submeter seus funcionários à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante”.
Descarte inadequado dos resíduos	
Poluição ambiental causada pelo uso de substâncias tóxicas ou poluentes	<ul style="list-style-type: none">Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes”; “substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade”; “dar preferência ao uso de produtos biodegradáveis” e “usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA”.
Aumento no consumo per capita de água	<ul style="list-style-type: none">Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre o consumo consciente de água, energia e materiais de consumo”;Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: "adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, de energia elétrica e de
Aumento do consumo per capita de energia	

Aumento do consumo per capita de materiais de consumo, como copos descartáveis, papel toalha e papel higiênico	materiais de consumo" e "submeter seus funcionários à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante".
Poluição sonora devido ao uso de equipamentos que gerem ruídos durante o seu funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento”.

Devem ser atendidos os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Desperdícios de insumos, excesso de energia e água, ausência de reciclagem, descarte inadequado de materiais tóxicos são os possíveis impactos ambientais a serem destacados.

Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela contratante. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela contratada.

Poderão destacar as seguintes medidas de tratamentos:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta;

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços. A Empresa também deverá atender os Critérios e Práticas de Sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os aspectos abordados neste estudo preliminar, a contratação da solução mostra-se viável e razoável, tendo em vista que os serviços objeto desta contratação são fundamentais para a garantia do desempenho das atividades da Divisão de Apoio às Atividades de Campo. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMARIO NUNO MEIRELES DUARTE

Equipe de Planejamento da Contratação

ALUISIO DOS SANTOS SALUSTIANO GRADELLA

Equipe de Planejamento da Contratação

JOSE MENDES DOS SANTOS JUNIOR

Equipe de Planejamento da Contratação

MARIA HELENA BIANCHINI GELIO

Equipe de Planejamento da Contratação

MAURO FERREIRA MACHADO

Equipe de Planejamento da Contratação

NARA LUDIMILA CORREA CAMILO

Equipe de Planejamento da Contratação

RODRIGO DOS SANTOS SOARES

Equipe de Planejamento da Contratação

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Avaliação da qualidade dos serviços de Tratorista e - Campus Iturama

INDICADOR 1 - Qualidade do serviço prestado	
Finalidade	Garantir a qualidade do serviço prestado.
Metas a cumprir	Avaliação do serviço nas graduações “Bom” ou “Excelente”.
Instrumento de medição	O serviço cumpriu com todos os requisitos exigidos no contrato, nas legislações e atendeu as necessidades de cada local.
Forma de acompanhamento	Pelos fiscais e responsáveis pelos serviços.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Será descontado uma porcentagem do preço total em caso de graduações “Péssimo”, “Ruim” ou “Médio”.
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Péssimo – Desconto de 10% do valor total Ruim – Desconto de 7,5% do valor total Médio – Desconto de 5% do valor total

INDICADOR 2 - Atendimento da solicitação do serviço	
Finalidade	Atendimento das solicitações de serviço.
Metas a cumprir	Atendimento das solicitações de serviço no horário agendado pelos fiscais e responsáveis pelo acompanhamento em cada local.
Instrumento de medição	A equipe atendeu ao serviço e chegou no horário agendado.
Forma de acompanhamento	Pelos fiscais e responsáveis pelos serviços.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Será descontado uma porcentagem do valor total em caso de não atendimento de mais de 5% dos locais de serviço.
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato.

Faixas de ajuste no pagamento	Não atendimento de 10% dos locais de serviço – Desconto de 10% do valor total Não atendimento de 7,5% dos locais de serviço – Desconto de 7,5% do valor total Não atendimento de 5% dos locais de serviço – Desconto de 5% do valor total
-------------------------------	---

INDICADOR 3 - Uso de EPIs e asseio com a execução do serviço	
Finalidade	Atendimento das solicitações de serviço.
Metas a cumprir	Avaliação do serviço nas gradações "Bom" ou "Excelente"
Instrumento de medição	A equipe usou todos equipamentos de proteção individual, apresentou-se corretamente uniformizada, identificada com crachá.
Forma de acompanhamento	Pelos fiscais e responsáveis pelos serviços em cada local.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Será descontado uma porcentagem do preço de cada serviço em caso de gradações "Péssimo", "Ruim" ou "Médio".
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Péssimo – Desconto de 10% do valor total Ruim – Desconto de 7,5% do valor total Médio – Desconto de 5% do valor total

TABELA DE AVALIAÇÃO

	Avaliação / N° de ocorrências	Resultado
Item 1		
Item 2		
Item 3		

Método de Cálculo:

Item 1 – Avaliação:

Excelente – Preço total

Bom – Preço total

Médio – Desconto de 5% do valor total

Ruim – Desconto de 7,5% do valor total
Péssimo – Desconto de 10% do valor total

Item 2 – N° de ocorrências:

Atendimento de todos os locais de serviço – Valor total
Não atendimento de 5% dos locais de serviço – Desconto de 5% do valor total
Não atendimento de 7,5% dos locais de serviço – Desconto de 7,5% do valor total
Não atendimento de 10% dos locais de serviço – Desconto de 10% do valor total

Item 3 – Avaliação:

Excelente – Preço total
Bom – Preço total Médio – Desconto de 5% do valor total
Ruim – Desconto de 7,5% do valor total
Péssimo – Desconto de 10% do valor total

ANEXO V

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Avaliação da qualidade dos serviços de Manutenção Predial - Campus Iturama

INDICADOR 1 - Qualidade do serviço prestado	
Finalidade	Garantir a qualidade do serviço prestado.
Metas a cumprir	Avaliação do serviço nas graduações “Bom” ou “Excelente”.
Instrumento de medição	O serviço cumpriu com todos os requisitos exigidos no contrato, nas legislações e atendeu as necessidades de cada local.
Forma de acompanhamento	Pelos fiscais e responsáveis pelos serviços.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Será descontado uma porcentagem do preço total em caso de graduações “Péssimo”, “Ruim” ou “Médio”.
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Péssimo – Desconto de 10% do valor total Ruim – Desconto de 7,5% do valor total Médio – Desconto de 5% do valor total

INDICADOR 2 - Atendimento da solicitação do serviço	
Finalidade	Atendimento das solicitações de serviço.

Metas a cumprir	Atendimento das solicitações de serviço no horário agendado pelos fiscais e responsáveis pelo acompanhamento em cada local.
Instrumento de medição	A equipe atendeu ao serviço e chegou no horário agendado.
Forma de acompanhamento	Pelos fiscais e responsáveis pelos serviços.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Será descontado uma porcentagem do valor total em caso de não atendimento de mais de 5% dos locais de serviço.
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Não atendimento de 10% dos locais de serviço – Desconto de 10% do valor total Não atendimento de 7,5% dos locais de serviço – Desconto de 7,5% do valor total Não atendimento de 5% dos locais de serviço – Desconto de 5% do valor total

INDICADOR 3 - Uso de EPIs e asseio com a execução do serviço	
Finalidade	Atendimento das solicitações de serviço.
Metas a cumprir	Avaliação do serviço nas gradações "Bom" ou "Excelente"
Instrumento de medição	A equipe usou todos equipamentos de proteção individual, apresentou-se corretamente uniformizada, identificada com crachá.
Forma de acompanhamento	Pelos fiscais e responsáveis pelos serviços em cada local.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Será descontado uma porcentagem do preço de cada serviço em caso de gradações "Péssimo", "Ruim" ou "Médio".
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Péssimo – Desconto de 10% do valor total Ruim – Desconto de 7,5% do valor total Médio – Desconto de 5% do valor total

TABELA DE AVALIAÇÃO

	Avaliação / N° de ocorrências	Resultado
Item 1		
Item 2		
Item 3		

Método de Cálculo:

Item 1 – Avaliação:

Excelente – Preço total

Bom – Preço total

Médio – Desconto de 5% do valor total

Ruim – Desconto de 7,5% do valor total

Péssimo – Desconto de 10% do valor total

Item 2 – N° de ocorrências:

Atendimento de todos os locais de serviço – Valor total

Não atendimento de 5% dos locais de serviço – Desconto de 5% do valor total

Não atendimento de 7,5% dos locais de serviço – Desconto de 7,5% do valor total

Não atendimento de 10% dos locais de serviço – Desconto de 10% do valor total

Item 3 – Avaliação:

Excelente – Preço total

Bom – Preço total Médio – Desconto de 5% do valor total

Ruim – Desconto de 7,5% do valor total

Péssimo – Desconto de 10% do valor total

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

PROCESSO Nº _____

[Nome da Empresa], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à [endereço completo da empresa], neste ato representada por seu [cargo do representante], Sr(a). [Nome do representante], portador(a) do CPF n.º [CPF do representante], declara ter pleno conhecimento e concordar com as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, bem como se compromete a cumprir integralmente os requisitos de habilitação definidos no referido documento. Além disso, assume total responsabilidade por tais condições e declara que não utilizará este documento para quaisquer questionamentos futuros que possam gerar avenças técnicas ou financeiras com a UFTM.

_____, _____ de _____ de 2025.

[Assinatura do representante]

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO Nº _____

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, tem contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, sendo que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Segue abaixo a relação de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço Completo da CONTRATANTE	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS			

Local, _____, de _____ de 20____.

(assinatura do responsável)
Nome ou carimbo
Cargo ou carimbo
Nº da cédula de identidade e órgão emitente

OBSERVAÇÃO:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULAS EXEMPLIFICATIVAS PARA FINS DE ATENDIMENTO AOS DISPOSTOS NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017:

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}^*} > 1$$

OBSERVAÇÃO:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: *considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita}} =$$

ANEXO V
DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE VÍNCULO FAMILIAR

Eu, _____, portador do CPF nº _____, indicado para exercer o cargo _____ pela empresa _____, declaro, sob as penas da lei, que:

() **NÃO POSSUO** vínculo familiar de cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com o(a) Reitor(a), o(a) Vice-Reitor(a) ou servidor(a) ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); ou

() **POSSUO** vínculo familiar de cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com o(a) Reitor(a), o(a) Vice-Reitor(a) ou servidor(a) ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). *(Informar dados abaixo)*

<u>Nome do(s) familiar(es)</u>	<u>Tipo de Parentesco</u>	<u>Cargo ou função que ocupa na UFTM</u>

DECLARO AINDA, TER CIÊNCIA DE QUE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal, deverão estabelecer vedação de que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

POR FIM, DECLARO QUE SÃO VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE DOCUMENTO, e que, em caso de alterações, devo apresentar nova declaração à Administração Pública, ciente de que a omissão ou não veracidade das informações acarretará a aplicação das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive a instauração de processo criminal nos termos do art. 299 do Código Penal.

TABELAS ORIENTATIVAS DE VÍNCULO FAMILIAR

Familiar em linha reta

<u>Grau</u>	<u>Consanguinidade</u>	<u>Afinidade</u>
-------------	------------------------	------------------

1º	Pai/Mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, madrastra/padrasto, enteado/enteada
2º	Avô/Avó, neto/neta	Avô/Avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro(a)
3º	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro(a)

Familiar em linha reta

<u>Grau</u>	<u>Consanguinidade</u>	<u>Afinidade</u>
1º	-	-
2º	Irmão/irmã	Cunhado/Cunhada
3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro(a)

_____, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do Declarante)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR DE SÓCIOS/DIRIGENTES/ADMINISTRADORES
DE PESSOA JURÍDICA

PROCESSO Nº _____

A/O _____ (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, declara, em observância ao art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, que seus sócio(s), dirigente(s), administradores, bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) servidor(es) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com:

- a) Servidores, inclusive detentores de cargos comissionados ou de confiança, que atuem com a gestão e/ou fiscalização de contratos;
- b) Servidores, inclusive detentores de cargos comissionados ou de confiança, que atuem na área demandante ou de planejamento do objeto da contratação;
- c) Servidores detentores de cargos comissionados ou de comissão que tenham alçada decisória relacionada a processos de contratações; e
- d) Autoridade máxima da UFTM e seu(s) substituto(s).

Declara ainda que são verdadeiras todas as informações prestadas neste documento, e que, em caso de alterações, deve apresentar nova declaração à Administração Pública, ciente de que a omissão ou não veracidade das informações acarretará a aplicação das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive a instauração de processo criminal nos termos do art. 299 do Código Penal.

TABELAS ORIENTATIVAS DE VÍNCULO FAMILIAR

Familiar em linha reta

<u><i>Grau</i></u>	<u><i>Consanguinidade</i></u>	<u><i>Afinidade</i></u>
1º	Pai/Mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora, madrastra/padrasto, enteado/enteada
2º	Avô/Avó, neto/neta	Avô/Avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro(a)
3º	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta	Bisavô/Bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro(a)

Familiar em linha reta

<u><i>Grau</i></u>	<u><i>Consanguinidade</i></u>	<u><i>Afinidade</i></u>
1º	-	-
2º	Irmão/irmã	Cunhado/Cunhada

3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro(a)
----	----------------------------	---

_____, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura do Declarante)

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017.
PROPOSTA DE PREÇO

UFTM – Campus Iturama
PROCESSO: 23755.000433/2025-02

PREGÃO Nº XX/2026

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXXXXXXXX - Fone (XX) XXXXXXXX, em XXXXXXXX declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos do Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos e vem apresentar a Vossa Senhoria sua PROPOSTA DE PREÇOS, na qual se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

Valor Mensal Fixo					
CARGO	Nº de Postos	Nº de Trabalhador	Custo POSTO (R\$)	Custo Mês (R\$)	Custo 12 Meses (R\$)
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	3	3	R\$ 5.702,00	R\$ 17.106,00	R\$ 205.272,00
TOTAL MENSAL	3	3		R\$ 17.106,00	R\$ 205.272,00
Valor Global referente a 12 meses conforme Edital.					

Reservado para assinatura do responsável perante o CNPJ
Nome do Representante perante o CNPJ
Nome da Empresa / nº do CNPJ ou carimbo padrão do CNPJ

Uberaba/MG, xxx de xxxxxx de 2026

SE HOUVER NECESSIDADE A EMPRESA PODERÁ INCLUIR LINHAS PARA ESPECIFICAR DETALHADAMENTE OS CUSTOS DESDE QUE NÃO DESCONFIGURE A PLANILHA EM SUA ESSÊNCIA. Custos obrigatórios previstos na CCT que não forem cotados no módulo benefícios, não desobrigará a contratada da obrigação. A licitante arcará com os custos a partir de seus custos indiretos e lucros.
NÃO RECOMENDAMOS A INCLUSÃO DE COLUNAS.
UTILIZAR OS PERCENTUAIS ATUAIS DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES PARA CÔMPUTO DA PCFP.

ANEXO IV – MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017.

Processo nº:		Pregão Eletrônico nº __/2026	
Dia: 00/00/2025			
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A - Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano):		00/00/2026	
B - Município/UF:		Iturama-MG	
C - Ano do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo:			
D - Número de meses de execução contratual:		12 meses	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO – 40 horas semanais – segunda a sexta-feira		Posto de Serviço	3
1. MÓDULOS			
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL			
Dados para composição de custos referentes á mão-de-obra			
1 - Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			TRABALHADOR AGROPECUÁRIO
2 - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)			6210-05
3 - Salário Normativo da Categoria Profissional			2.305,33
4 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			TRABALHADOR AGROPECUÁRIO
4 - Data base da categoria (dia/mês/ano)			
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.			
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		2.305,33
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno (estimado)		
E	Adicional de Hora Extra		
F	Outros (especificar)		
TOTAL MÓDULO 1			2.305,33
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação pela prestação do serviço no período de 12 meses.			
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º(décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		192,03
B	Férias		209,20
C	Adicional de Férias		69,73
SUBTOTAL 2.1			470,96
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a férias. (Havendo prorrogação do contrato, o valor referente a férias será zerado, pois trata-se de evento devido ao pagamento de indenização das férias na rescisão contratual, que será totalmente integralizado no primeiro ano de vigência do contrato).			
Nota 3: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	555,25
B	Salário Educação	2,50%	69,40
C	SAT	3,00%	83,28
D	SESC ou SESI	1,50%	41,64
E	SENAI - SENAC	1,00%	27,76
F	SEBRAE	0,60%	16,65
G	INCRA	0,20%	5,55
H	FGTS	8,00%	222,10
SUBTOTAL 2.2		36,80%	1.021,63
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.(Redação dada pela Instrução Normativa n. 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (Existe informação que em Iturama-MG não tem transporte público)	-
B	Auxílio Alimentação	-
C	Programa de Assistência Odontológica	-
D	Seguro de Vida	-
SUBTOTAL 2.3		-

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
2	Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	470,96
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.021,63
2.3	Benefícios Mensais e diários	-
TOTAL MÓDULO 2		1492,59

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	10,60
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,92
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	79,99
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	44,72
E	Incidência dos Encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	16,36
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	12,21
TOTAL MÓDULO 3			164,80

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais e/ou na Intraornada , a depender da prestação do serviço.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	38,49
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,46
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	0,69
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,04%	0,92
F	Outros (Especificar/ Justificar)	-	-
SUBTOTAL 4.1			40,56

Submódulo 4.2 - Intraornada		
4.2	Intraornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	-
SUBTOTAL 4.2		-

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	40,56
4.2	Intraornada (Indenizada)	-
TOTAL MÓDULO 4		40,56

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	257,60
B	Ferramentas de uso comum	71,17
D	Outros (especificar)	-
TOTAL MÓDULO 5		328,77

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos,Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	216,60

B	Lucro	10,00%	454,86
C	Tributos		
	C.1. PIS	1,65%	94,08
	C.2. COFINS	7,60%	433,35
	C.3. Tributos Municipais - ISS (3,0%) Iturama-MG	3,0%	171,06
TOTAL MÓDULO 6		27,25%	1.369,95

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2305,33
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários	1492,59
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	164,80
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	40,56
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	328,77
Subtotal (A + B + C + D + E)		4.332,05
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.369,95
Valor Total por Empregado		5.702,00

Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)					
3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Quantidade de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Quantidade de postos (E)	Valor mensal do serviço (F) = (D x E)
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	5.702,00	1	5.702,00	3	17.106,00
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					

Validade da Proposta: 120 dias a contar do início do certame.

DECLARAÇÃO: Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos

Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ

CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)

~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.

~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.

~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86.

~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.

~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.

~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.

~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99.

~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.

~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT.

Equivale a 1/3 do salário = **3,025%** conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018.

~~ **13º salário.** Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65.

Equivale a 1/12 da remuneração. $[(1 / 12) \times 100] = [0,0833 \times 100] = \mathbf{8,33\%}$

OBSERVAÇÃO 1: Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta.

OBSERVAÇÃO 2: O licitante deverá utilizar na Planilha de Custos e Formação de Preços a CCT de 2026, atualizada com os novos salários.

OBSERVAÇÃO 3: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).

Tributos	FATOR K (coeficiente)	87,75%
	Base de calculo	R\$ 5.003,51

Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)		
	Item	Valor
A	13º salário	192.03
B	Férias/Abono de Férias	278.94
C	Adicional do FGTS	92.21
	Subtotal	563.19
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	180.28
Total		743.47

ITENS DE UNIFORME A SEREM FORNECIDOS POR POSTO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES

TRABALHADOR AGROPECUÁRIO

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Média (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/ Empregado
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	Item 01	Bota de segurança	Un	1	3	106,85	320,55	26,71
	Item 02	Bota de PVC, cano médio, preta	Un	1	2	58,85	117,71	9,81
	Item 03	Perneira couro sintético	Un	1	2	30,14	60,28	5,02
	Item 04	Luva de malha pigmentada	Un	2	6	3,78	22,66	1,89
	Item 05	Luva nitrílica	Un	2	6	10,32	61,92	5,16
	Item 06	Luva de raspa	Un	2	4	13,93	55,71	4,64
	Item 07	Chapéu árabe com proteção UV	Un	1	3	30,15	90,45	7,54
	Item 08	Conjunto EPI para agrotóxico	Un	2	4	160,00	640,00	53,33
	Item 09	Respirador descartável (PFF2)	Un	100	100	1,90	190,00	15,83
	Item 10	Protetor auricular tipo plug	Un	4	8	3,17	25,36	2,11
	Item 11	Protetor auricular tipo concha	Un	1	1	33,48	33,48	2,79
	Item 12	Crachá com foto 3x4 colorida e identificação completa	Un	1	1	47,22	47,22	3,94
	Item 13	Óculos de segurança incolor	Un	3	6	7,35	44,10	3,68
	Item 14	Colete tecido plástico reflexivo	Un	1	2	16,40	32,80	2,73
	Item 15	Capa de chuva, PVC, manga longa, capuz, com botões	Un	1	1	20,29	20,29	1,69
	Item 16	Protetor facial telado	Un	1	1	60,06	60,06	5,01
	Item 17	Capacete de segurança	Un	1	1	134,35	134,35	11,20
	Item 18	Protetor solar fator 60	Un	2	6	26,99	161,93	13,49
	Item 19	Camisetas/camisa manga curta, tecido de malha, com no mínimo 60% algodão, poliéster e elastano, com o logotipo da empresa	Un	4	4	67,63	270,53	22,54
	Item 20	Camisa de brim manga longa, resistente, com faixa reflexiva	Un	2	2	99,48	198,97	16,58
	Item 21	Calça confeccionada em brim, jeans, algodão ou similares, com bolsos laterais e traseiros.	Un	2	2	76,45	152,90	12,74
	Item 22	Agasalho em tecido poliamida ou similar, com bolsos e logotipo da empresa	Un	1	1	350,00	350,00	29,17
Nota: Uniformes a serem fornecidos por posto, anualmente, durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no quadro disponível nos estudos preliminares.						3.091,25	257,60	

**DETALHAMENTO DE FERRAMENTAS FORNECIDOS PELA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES**

FERRAMENTAS PARA O CONTRATO COM DEPRECIAÇÃO – CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA

TRABALHADOR AGROPECUÁRIO

Item	Vida útil/ Meses	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total	Depreciação
Item 1	60	Motopoda a combustão	Un	1	1.219,96	1.219,96	20,33
Item 2	60	Perfurador de solo a combustão	Un	1	998,00	998,00	16,63
Item 3	60	Pulverizador costal a combustão (atomizador)	Un	1	2.129,80	2.129,80	35,50
Item 4	60	Minimotoserra de 6"	Un	2	374,11	748,21	12,47
Item 5	60	Lavadora de alta pressão (1900W)	Un	1	801,51	801,51	13,36
Item 6	60	Pulverizador costal a bateria	Un	4	333,00	1.331,98	22,20
Item 7	60	Roçadeira Costal a combustão	Un	2	658,79	1.317,58	21,96
Item 8	60	Motosserra a combustão, sabre 25"	Un	1	2.564,63	2.564,63	42,74
Item 9	60	Tesoura de poda	Un	10	45,95	459,50	7,66
Item 10	60	Tesourão de poda	Un	2	85,87	171,73	2,86
Item 11	60	Rastelo plástico	Un	5	23,49	117,45	1,96
Item 12	60	Enxada	Un	10	46,28	462,83	7,71
Item 13	60	Enxadão	Un	5	45,83	229,14	3,82
Item 14	60	Facão	Un	5	51,49	257,45	4,29
Nota: Ferramentas fornecidas pela contratada, durante a vigência do contrato.					9.378,69	12.809,77	213,50

CUSTO MENSAL POR POSTO PARA FERRAMENTAS

POSTO	CUSTO MENSAL
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	71,17
TOTAL	71,17

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
1	3	Unidade	15300	TRABALHADOR AGROPECUÁRIO	17.106,00	205.272,00
TOTAL ESTIMADO						205.272,00

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017.
PROPOSTA DE PREÇO

UFTM – Campus Iturama

PROCESSO: 23755.000433/2025-02

PREGÃO Nº XX/2026

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXX - Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX - CEP XXXXXXXX - Fone (XX) XXXXXXXX, em XXXXXXXX declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, e que concorda integralmente com os termos do Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos e vem apresentar a Vossa Senhoria sua PROPOSTA DE PREÇOS, na qual se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, e nos valores abaixo:

Valor Mensal Fixo					
CARGO	Nº de Postos	Nº de Trabalhador	Custo POSTO (R\$)	Custo Mês (R\$)	Custo 12 Meses (R\$)
TRATORISTA	1	1	R\$ 8.171,46	R\$ 8.171,46	R\$ 98.057,52
TOTAL MENSAL	1	1		R\$ 8.171,46	R\$ 98.057,52
Valor Global referente a 12 meses conforme Edital.					

Reservado para assinatura do responsável perante o CNPJ

Nome do Representante perante o CNPJ

Nome da Empresa / nº do CNPJ ou carimbo padrão do CNPJ

Uberaba/MG, xxx de xxxxxx de 2026

SE HOUVER NECESSIDADE A EMPRESA PODERÁ INCLUIR LINHAS PARA ESPECIFICAR DETALHADAMENTE OS CUSTOS DESDE QUE NÃO DESCONFIGURE A PLANILHA EM SUA ESSÊNCIA. Custos obrigatórios previstos na CCT que não forem cotados no módulo benefícios, não desobrigará a contratada da obrigação. A licitante arcará com os custos a partir de seus custos indiretos e lucros.
NÃO RECOMENDAMOS A INCLUSÃO DE COLUNAS.
UTILIZAR OS PERCENTUAIS ATUAIS DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES PARA CÔMPUTO DA PCFP.

ANEXO IV – MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - IN 05/2017.			
Processo nº: 23755.000433/2025-02		Pregão Eletrônico nº __/2026	
Dia: 00/00/2026			
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A - Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano):		00/00/2026	
B - Município/UF:		Iturama-MG	
C - Ano do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo:			
D - Número de meses de execução contratual:		12 meses	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
TRATORISTA – 40 horas semanais – segunda a sexta-feira		Posto de Serviço	1
1. MÓDULOS			
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL			
Dados para composição de custos referentes á mão-de-obra			
1 - Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			TRATORISTA
2 - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)			6410-15
3 - Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 3.340,92
4 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			TRATORISTA
4 - Data base da categoria (dia/mês/ano)			-
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.			
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		3.340,92
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno (estimado)		
E	Adicional de Hora Extra		
F	Outros (especificar)		
TOTAL MÓDULO 1			3.340,92
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.			
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º(décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	278,29
B	Férias	9,075%	303,18
C	Adicional de Férias	3,025%	101,06
SUBTOTAL 2.1			682,53
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a férias. (Havendo prorrogação do contrato, o valor referente a férias será zerado, pois trata-se de evento devido ao pagamento de indenização das férias na rescisão contratual, que será totalmente integralizado no primeiro ano de vigência do contrato).			
Nota 3: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual(%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	804,69
B	Salário Educação	2,50%	100,58
C	SAT	6,00%	241,40
D	SESC ou SESI	1,50%	60,35
E	SENAI - SENAC	1,00%	40,23
F	SEBRAE	0,60%	24,14
G	INCRA	0,20%	8,04
H	FGTS	8,00%	321,87
SUBTOTAL 2.2		39,80%	1.601,30
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.(Redação dada pela Instrução Normativa n. 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (Existe informação que em Iturama-MG não tem transporte público)	-
B	Auxílio Alimentação	-
C	Programa de Assistência Odontológica	-
D	Seguro de Vida	-
SUBTOTAL 2.3		-

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
2	Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	682,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.601,30
2.3	Benefícios Mensais e diários	-
TOTAL MÓDULO 2		2283,83

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	15,36
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	1,33
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,47%	115,92
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	64,81
E	Incidência dos Encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	25,72
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	17,70
TOTAL MÓDULO 3			240,84

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais e/ou na Intraornada , a depender da prestação do serviço.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,67%	55,79
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	1,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,04%	1,33
F	Outros (Especificar/ Justificar)	-	-
SUBTOTAL 4.1			58,78

Submódulo 4.2 - Intraornada		
4.2	Intraornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	-
SUBTOTAL 4.2		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	58,78
4.2	Intraornada (Indenizada)	-
TOTAL MÓDULO 4		58,78

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	283,83
B	Ferramentas de uso comum	-
D	Outros (especificar)	-
TOTAL MÓDULO 5		283,83

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos,Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	310,41

B	Lucro	10,00%	651,86		
C	Tributos				
	C.1. PIS	1,65%	134,82		
	C.2. COFINS	7,60%	621,03		
	C.3. Tributos Municipais - ISS (3,0%) Iturama-MG	3,0%	245,14		
TOTAL MÓDULO 6		27,25%	1.963,26		
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3340,92			
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios Anuais, Mensais e Diários	2283,83			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	240,84			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	58,78			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	283,83			
Subtotal (A + B + C + D + E)		6.208,20			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.963,26			
Valor Total por Empregado		8.171,46			
Validade da Proposta (não inferior a 120 dias corridos)					
3. QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Quantidade de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Quantidade de postos (E)	Valor mensal do serviço (F) = (D x E)
TRATORISTA	8.171,46	1	8.171,46	1	8.171,46
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Validade da Proposta: 120 dias a contar do início do certame.					
DECLARAÇÃO: Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. Previsões necessárias ao custeio que não estiver detalhadas nos módulos anteriores ao Módulo 06, será considerado como contemplados no Módulo 6.A – Custos Indiretos					
Nome e assinatura do Representante perante o CNPJ					

CÁLCULOS DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO)

~~ INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.

~~ SESI ou SESC. Art. 3º, Lei n.º 8.036/90.

~~ SENAI ou SENAC. Decreto n.º 2.318/86.

~~ INCRA. Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.

~~ Salário Educação. Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82.

~~ FGTS. Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.

~~ Seguro Acidente do Trabalho. Decreto nº 3.048/99.

~~ SEBRAE. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8.154/90.

~~ Férias. Artigos 7º, XVII, da CF/88 e 129 a 153 da CLT.

Equivale a 1/3 do salário = **3,025%** conforme IN 5/2018 alterada pela IN 7/2018.

~~ **13º salário.** Artigo 7º, VIII, da CF/88, Leis n.ºs 4.090/62 e 4.749/65 e Decreto n.º 57.155/65.

Equivale a 1/12 da remuneração. [(1 / 12) x 100] = [0,0833 x 100] = **8,33%**

OBSERVAÇÃO 1: Esta PCFP não possui fórmulas. É de responsabilidade do licitante a inclusão correta de valores e fórmulas, bem como de percentuais aplicáveis à sua proposta.

OBSERVAÇÃO 2: O licitante deverá utilizar na Planilha de Custos e Formação de Preços a CCT de 2026, atualizada com os novos salários.

OBSERVAÇÃO 3: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).

Tributos	FATOR K (coeficiente)	87,75%
	Base de calculo	R\$ 7.170,47

Valores destinados à Conta Vinculada (percentuais inc. Sobre a remuneração)			
Item		%	Valor
A	13º salário	8,33%	278,30
B	Férias/Abono de Férias	12,10%	404,25
C	Adicional do FGTS	4,00%	133,64
Subtotal		24,43%	816,19
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, 1/3 de férias e 13º salário	7,82%	261,26
Total		32,25%	1.077,45

ITENS DE UNIFORME A SEREM FORNECIDOS POR POSTO CONFORME ESTUDOS PRELIMINARES

TRATORISTA

Categoria	Item	Especificação	Unidade	Quantidade no Início do Contrato	Quantidade Anual	Média (R\$)	Total Anual (R\$)	Total (R\$) Mês/ Empregado
TRATORISTA	Item 01	Bota de segurança	Un	1	3	106,85	320,55	26,71
	Item 02	Bota de PVC, cano médio, preta	Un	1	2	58,85	117,71	9,81
	Item 03	Perneira couro sintético	Un	1	2	30,14	60,28	5,02
	Item 04	Luva de malha pigmentada	Un	2	6	3,78	22,66	1,89
	Item 05	Luva nitrílica	Un	2	6	10,32	61,92	5,16
	Item 06	Luva de raspa	Un	2	4	13,93	55,71	4,64
	Item 07	Chapéu árabe com proteção UV	Un	1	3	30,15	90,45	7,54
	Item 08	Conjunto EPI para agrotóxico	Un	2	4	160,00	640,00	53,33
	Item 09	Respirador descartável (PFF2)	Un	100	100	1,90	190,00	15,83
	Item 10	Protetor auricular concha	Un	4	8	33,48	267,84	22,32
	Item 11	Óculos de segurança incolor	Un	3	6	7,35	44,10	3,68
	Item 12	Colete tecido plástico reflexivo	Un	1	2	16,40	32,80	2,73
	Item 13	Capa de chuva, PVC, manga longa, capuz, com botões	Un	1	1	20,29	20,29	1,69
	Item 14	Crachá com foto 3x4 colorida e identificação completa	Un	1	1	47,22	47,22	3,94
	Item 15	Protetor solar fator 60	Un	2	6	26,99	161,93	13,49
	Item 16	Macacão masculino manga longa em tecido brim aberto na frente com botão	Un	2	2	150,09	300,18	25,02
	Item 17	Camisetas/camisa manga curta, tecido de malha, com no mínimo 60% algodão, poliéster e elastano, com o logotipo da empresa	Un	4	4	67,63	270,53	22,54
	Item 18	Camisa de brim manga longa, resistente, com faixa reflexiva	Un	2	2	99,48	198,97	16,58
	Item 19	Calça confeccionada em brim, jeans, algodão ou similares, com bolsos laterais e traseiros.	Un	2	2	76,45	152,90	12,74
	Item 20	Agasalho em tecido poliamida ou similar, com bolsos e logotipo da empresa	Un	1	1	350,00	350,00	29,17
Nota: Uniformes a serem fornecidos por posto, anualmente, durante a vigência do contrato. *Ver detalhes das quantidades no quadro disponível nos estudos preliminares.							3.406,02	283,83

TOTALIZADORA						
Item	Quant.	Unidade	Código CATSER	Especificação	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
2	1	Unidade	15300	TRATORISTA	8.171,46	98.057,52
TOTAL ESTIMADO						98.057,52

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO

Estudo Técnico Preliminar 95/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23755.000433/2025-02

2. Descrição da necessidade

A presente contratação visa à prestação de serviços terceirizados de trabalhadores agropecuários e tratorista para atendimento das demandas da Fazenda-Escola e da Fazenda Redil da UFTM - Campus Iturama. Trata-se da continuidade dos serviços já executados na unidade (Contrato nº 37/2020), agora com necessidade de ampliação da força de trabalho em razão da expansão das atividades e da incorporação de novas áreas produtivas.

A ampliação da mão de obra dessa contratação é motivada, principalmente, pela implantação de projetos de ensino, pesquisa e extensão na Fazenda-Escola Alípio Soares Barbosa e na Fazenda Redil — esta última recentemente doada ao campus e incorporada ao patrimônio institucional. O aumento da área explorada e a diversificação das atividades agropecuárias também justificam a contratação de novos profissionais.

Entre as novas frentes de trabalho previstas, destacam-se: cultivo de culturas perenes (como café, banana, uva e maracujá), construção e manutenção de cercas internas e de divisa, compostagem de resíduos agrícolas, ampliação de sistemas de irrigação e manejo de animais domésticos. Tais atividades demandam mão de obra qualificada tanto para sua implementação quanto para sua manutenção contínua. A contratação de Tratorista e Trabalhadores Agropecuários é imprescindível para garantir a continuidade e a expansão das ações institucionais no campo.

Adicionalmente, destaca-se que o contrato vigente para a prestação desses serviços se encerrará em 07/12/2026, não havendo possibilidade de nova prorrogação, uma vez que terá atingido o prazo máximo legal de 60 meses e já estar em período de prorrogação emergencial. Ressalta-se que o referido contrato foi firmado com base na Lei nº 8.666/1993, a qual impõe esse limite máximo de vigência, não sendo, portanto, possível qualquer renovação contratual além desse período. Assim, torna-se necessária a formalização de novo processo de contratação para assegurar a continuidade das atividades sem prejuízo ao funcionamento da Fazenda-Escola e da Fazenda Redil.

A contratação dos serviços previstos neste Estudo Técnico Preliminar revela-se medida necessária, tendo em vista a inexistência de servidores, na UFTM – Campus Iturama, com atribuições compatíveis para execução das atividades pretendidas. Tal situação decorre do fato de que esses cargos foram extintos do serviço público, conforme dispõe o artigo 7º da Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Lei 9.262/2018.

Por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, não será admitida na licitação a participação de cooperativas de trabalho.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Apoio às Atividades de Campo (DIAAC)	Amário Nuno Meireles Duarte

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Campus Iturama, por meio deste processo de contratação, visa garantir o suporte operacional contínuo às atividades desenvolvidas em sua área rural, especialmente no contexto da Fazenda Escola e Fazenda Redil, com foco nos serviços prestados por profissionais nas funções de tratorista e trabalhador agropecuário.

A prestação dos serviços contratados deverá ocorrer de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme a natureza e especificidade das atividades executadas no campo. A rotina operacional da Fazenda Escola demanda acompanhamento diário, envolvendo o preparo e manejo do solo, tratamentos culturais, operação e manutenção de tratores e implementos agrícolas, manejo de animais, irrigação, conservação de áreas experimentais e apoio às atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão. Com a incorporação da Fazenda Redil ao patrimônio da Universidade, essa demanda irá aumentar.

Conforme dispõe o artigo 15 da IN nº 05/2017, os serviços contínuos são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.

Dada a natureza essencial e diária dessas atividades, qualquer interrupção comprometeria diretamente o desenvolvimento das atividades acadêmicas, técnicas e produtivas da instituição. Por essa razão, torna-se indispensável a contratação de mão de obra qualificada, com execução dos serviços em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, relativas à operação de máquinas agrícolas, ergonomia, segurança no trabalho rural e manuseio de animais e insumos agropecuários.

Cabe apontar, ainda, em consideração a natureza do objeto e em conformidade com o art. 6º, inciso XVI da Lei 14.133/2021, “os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos”, não será admitida a subcontratação do objeto, uma vez que a execução direta pela contratada constitui condição indispensável para o efetivo cumprimento do regime de dedicação exclusiva. A subcontratação comprometeria, especialmente, o não compartilhamento de recursos humanos e materiais, além de dificultar a fiscalização pela Administração quanto à correta alocação, controle e supervisão da mão de obra, ampliando os riscos operacionais e trabalhistas, bem como a perda de padronização e de qualidade na execução do objeto contratado. Além disso, a intermediação de terceiros pode gerar riscos à continuidade dos serviços, dificuldades na gestão da mão de obra, bem como impactos na segurança do trabalho, considerando o uso de máquinas agrícolas e a necessidade de observância rigorosa às normas de segurança e prevenção de acidentes. A execução direta também reduz riscos trabalhistas, previdenciários e operacionais.

As funções incluídas neste estudo – tratorista e trabalhador agropecuário – são classificadas, conforme o disposto no Decreto nº 9.507, de 2018, como atividades acessórias, instrumentais ou complementares, não integrantes do plano de cargos efetivos da Universidade. A terceirização desses postos está, portanto, em consonância com a legislação vigente, respeitando os limites e condições definidos para contratações indiretas de mão de obra pela Administração Pública Federal.

Além disso, há oferta significativa de empresas especializadas na terceirização de serviços agropecuários, garantindo ampla concorrência no certame e viabilizando a contratação mais vantajosa para a Administração, sob os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, podendo a futura contratada optar entre as modalidades recomendadas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21, a saber: por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. As demais particularidades relacionadas à garantia deverão estar descritas no Termo de Referência.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

As empresas licitantes poderão realizar vistorias, não obrigatória, nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento. A vistoria prévia aos locais de prestação dos serviços estará franqueada aos interessados para que, aqueles que assim o desejarem, tomem ciência de todas as condições inerentes ao objeto da presente licitação, cabendo ao licitante a responsabilidade por sua proposta, não sendo aceita posterior alegação de desconhecimento das condições inerentes à execução dos serviços.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, nas Convenções Coletivas de Trabalho, e exigidos no Termo de Referência. A carga horária será de 40 horas semanais – segunda a sexta-feira, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 148, DE 13 DE ABRIL DE 2026.

Para a participação no processo de contratação, os interessados deverão comprovar qualificação técnica, mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando que executa ou executou serviços terceirizados, conforme IN 05/2017, a fim de demonstrar experiência mínima para a execução do serviço.

Também será necessária declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, conforme modelo constante no Termo de Referência e seus anexos.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados, na execução do contrato, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) condizentes com a atividade, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Gestor, Fiscal ou dos substitutos em exercício inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao serviço contratado, inclusive perante a terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da

CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº. 14.133/21. Além dos requisitos supramencionados, que tratam de imposições específicas do escopo da contratação, serão exigidas as demais documentações de praxe relativas à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, e econômico-financeira, a serem detalhadas no Termo de Referência.

O contrato terá vigência de 1 (um) ano, contados a partir da data pré-estabelecida no instrumento contratual a ser firmado e assinado entre a UFTM e o licitante vencedor do certame, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021, e será realizado por meio de licitação com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, conforme previsto no art. 6º, XLI, da Lei 14.133 de 2021.

A contratada deverá considerar que a contratante utilizará a Conta-Depósito Vinculada, de acordo com a IN 05/2017-SEGES/MPDG, a fim de realizar o provisionamento de recurso financeiro para fins de quitação de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

Justificativas quanto às exigências

A exigência de experiência mínima, bem como da escolha da conta vinculada, se justificam por aspectos técnicos. As justificativas para cada um destes pontos são apresentadas a seguir.

1. Em relação à exigência de experiência mínima de 1 ano, informamos que se optou por este período pois corresponde à vigência inicial de um contrato que é geralmente de 12 meses. Esta exigência visa dificultar a participação de empresas que não tenham condições técnicas para serem contratadas acarretando o abandono do contrato.
2. A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado na UFTM, sendo utilizado em contratos vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.
3. Sobre a vedação à participação na licitação de cooperativas de trabalho, considerando que o objeto envolve serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quais se fazem presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego, a participação de cooperativas de trabalho mostra-se incompatível, fundamentada no Termo de Conciliação Judicial homologado na Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, cuja observância permanece obrigatória à Administração Pública Federal, conforme reafirmado pelo Parecer nº 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00006/2023/SGPP/CGU/AGU - NUP 00688.001058/2022-11, sequencial 27-30).

Crítérios e Práticas de Sustentabilidade

A contratação dos serviços de Apoio às Atividades do Campo na Fazenda Escola e Fazenda Redil da UFTM – Campus Iturama deverá ser realizada com observância rigorosa das normas ambientais visando garantir o respeito ao meio ambiente, devendo prever, nas especificações técnicas ou obrigações da contratada, mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, além de:

A. Eficiência energética e sustentabilidade

É recomendado que a contratada adote medidas de eficiência energética e consumo consciente de recursos nas áreas operacionais do campo. Sempre que possível, deve-se evitar o uso de equipamentos obsoletos ou de alto consumo energético. No caso da utilização de estruturas com sistemas de iluminação, deverá ser priorizado o uso de lâmpadas LED, em detrimento das lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio ou mercúrio e de luz mista, conforme orientações ambientais vigentes.

B. Gestão de resíduos e impactos ambientais

Durante a execução das atividades agropecuárias, como preparo do solo, plantio, colheita, manutenção de áreas produtivas e serviços com trator, a contratada deverá adotar práticas adequadas para a gestão de resíduos e minimização de impactos ambientais. Isso inclui a correta separação, acondicionamento e destinação de resíduos orgânicos, recicláveis e perigosos, de acordo com as seguintes normas:

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA nº 401/2008 (para pilhas, baterias e componentes de equipamentos utilizados);
- Normas da ABNT (NBR) aplicáveis a resíduos sólidos agrícolas e rurais, como, por exemplo, a NBR 9843-1, a NBR 10004 e a 12235.

É de responsabilidade da contratada garantir o descarte correto de embalagens de agrotóxicos (quando utilizadas), resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos, plásticos, lonas, pneus, peças de maquinário e demais insumos gerados durante as operações agropecuárias.

C. Segurança, saúde do trabalhador e conformidade legal

A contratada deverá cumprir integralmente as exigências de Saúde e Segurança do Trabalho e seguir as Normas Regulamentadoras (NRs) específicas, especialmente aquelas relacionadas à atividade rural, como:

- NR-31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura;
- NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Como parte obrigatória do contrato, a empresa contratada deverá apresentar, após a assinatura do contrato:

1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) ou sua substituição conforme a legislação atual (Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR);
2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
3. Comprovantes de realização de treinamentos obrigatórios dos funcionários, especialmente aqueles admitidos ao longo da execução contratual.

Além disso, a empresa deverá:

- Disponibilizar EPIs adequados à função de tratorista e trabalhador agropecuário, considerando as condições climáticas e a natureza das atividades rurais (ex: luvas, botinas, protetores auditivos, chapéus, protetores solares, máscaras, etc.);
- Garantir que seus colaboradores estejam treinados para operação segura de tratores, implementos agrícolas e manejo de animais, bem como para atuar em conformidade com boas práticas de conservação do solo e da água;
- Orientar e fiscalizar o cumprimento das normas internas de segurança, incluindo a prevenção de incêndios, acidentes com máquinas, riscos biológicos e exposição a produtos químicos;
- Administrar eventuais emergências e acidentes com eficácia, mitigando os impactos à saúde dos empregados, aos bens públicos e ao meio ambiente;
- Abster-se de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de funcionário no quadro da empresa.

D. Treinamento e educação ambiental

A contratada deverá promover, durante a vigência contratual, ações de treinamento com seus empregados visando:

- Redução do consumo de água e energia elétrica no ambiente rural;
- Uso racional de insumos e materiais;
- Prevenção à contaminação ambiental;
- Redução da produção de resíduos sólidos nas atividades agrícolas;
- Fortalecimento da cultura de educação ambiental e respeito ao meio rural.

E. Responsabilidades complementares

A contratada deverá também:

- Observar e respeitar a destinação correta dos resíduos recicláveis às estruturas de coleta seletiva existentes nas dependências da Instituição;
- Manter conduta compatível com os princípios da Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e sustentabilidade.

5. Levantamento de Mercado

Análise das alternativas existentes

Com base em pesquisas de práticas adotadas por instituições públicas, além da análise de contratações semelhantes realizadas por órgãos da Administração Pública, foi identificado que o mercado apresenta, predominantemente, duas soluções para a prestação dos serviços de apoio à atividade do campo:

Solução 1: A empresa contratada realiza os serviços conforme demanda, sem a alocação fixa e exclusiva dos profissionais. A atuação é eventual ou intermitente, a depender da solicitação da contratante.

Solução inviável, porque a contratação sob demanda não atende à necessidade de continuidade e regularidade exigida nas atividades agropecuárias, que requerem acompanhamento constante, execução de tarefas com prazos definidos e intervenções imediatas em caso de imprevistos climáticos ou operacionais. Essa solução fragiliza a gestão das rotinas agrícolas e pode comprometer a execução adequada das atividades, além de dificultar o planejamento e a alocação de recursos.

Solução 2: A empresa contratada disponibiliza profissionais em tempo integral, com dedicação exclusiva da mão de obra, atuando de forma contínua e sob supervisão da contratante, conforme as rotinas e necessidades da unidade.

Solução viável, uma vez que a contratação com dedicação exclusiva permite maior integração do profissional à rotina da unidade, especialmente em atividades contínuas de campo, como o manejo agrícola, operação de tratores, irrigação, preparação de solo, entre outras. A presença diária do profissional favorece o conhecimento técnico-operacional da área, a familiarização com os processos internos e o alinhamento com o calendário acadêmico e as necessidades específicas da instituição. Além disso, esse modelo assegura maior produtividade, eficiência e agilidade, sendo amplamente adotado por outras instituições públicas em contratações similares.

Justificativa da solução escolhida

Considerando diferentes fontes, bem como analisando-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, a solução escolhida é a contratação

de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A Solução 2 oferece um equilíbrio ideal entre flexibilidade, controle de custos e eficiência operacional, adaptando-se perfeitamente às necessidades dinâmicas e exigentes desta instituição de ensino. Além disso, esta solução permite a inserção dos profissionais na rotina operacional do setor, possibilitando maior comprometimento, produtividade e familiaridade com os processos específicos da unidade, além de evitar a descontinuidade e os atrasos que poderiam ocorrer com a contratação sob demanda.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, para a atuação nas atividades de apoio à atividade do campo, por meio de mão de obra com dedicação exclusiva, voltada ao atendimento das necessidades operacionais e pedagógicas da UFTM - Campus Iturama – MG.

A justificativa para a contratação está fundamentada na alta demanda diária por atividades de apoio às atividades do campo, aliada à insuficiência de servidores efetivos para atender a essas rotinas de forma adequada, segura e eficiente.

O serviço em questão se caracteriza como terceirização de mão de obra contínua, estando aberto à participação de todas as empresas que atendam aos critérios de habilitação exigidos.

A contratação será realizada com base em postos de trabalho com dedicação exclusiva, e não pela quantidade de serviços entregues, uma vez que as demandas são contínuas, variáveis e, em muitos casos, não resultam em um produto final mensurável. O objetivo principal é garantir a execução imediata e ininterrupta de atividades operacionais que dão suporte às rotinas acadêmicas, administrativas e produtivas da Universidade.

Trata-se de um serviço de natureza contínua e difusa, cujas ações são executadas de forma dinâmica, não sendo viável a medição por metas ou resultados. Dessa forma, exige-se a disponibilização permanente da força de trabalho, com dedicação integral às atividades institucionais, como operação de máquinas agrícolas (tratores), preparo e manejo de solo, irrigação, entre outras.

A presente contratação visa prover a UFTM de uma empresa especializada na disponibilização de trabalhadores agropecuários e tratorista, com vistas a garantir a continuidade e a qualidade das atividades de campo, contribuindo diretamente para a preservação da infraestrutura, para a segurança ambiental e para o cumprimento da missão institucional.

Os serviços seguirão os dispostos no Código Brasileiro de Ocupações – CBO de cada função e deverão respeitar as Convenções Coletivas de Trabalho – CCT da categoria envolvida. As categorias a serem contratadas são:

- 6410-15 – Tratorista
- 6210-05 – Trabalhador Agropecuário

Os colaboradores devem trabalhar devidamente uniformizados e com os materiais necessários à realização do serviço. Deverão se portar de forma adequada, mantendo a postura, demonstrando atenção, capacidade de trabalhar em equipe e autocontrole na execução das atividades, reportando-se sempre que necessário ao encarregado ou prepostos.

Especificações Gerais da Função:

6410-15 – Tratorista Agrícola

Arador; Operador de adubadeira; Operador de implementos agrícolas; Operador de máquina agrícola; Tratorista operador de roçadeira; Tratorista operador de semeadeira.

Descrição Sumária

Operam, ajustam e preparam máquinas e implementos agrícolas, realizam manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos, empregam medidas de segurança e auxiliam no planejamento de plantio.

6210-05 - Trabalhador agropecuário em geral

Agregado - na agropecuária; Arameiro (colocador de arames); Arrendatário - na agropecuária; Bóia-fria - na agropecuária; Camarada - na agropecuária; Campeiro - na agropecuária; Camponês na agropecuária; Colono - na agropecuária; Curador de animais - na agropecuária; Destocador - na agropecuária; Diarista - na agropecuária; Exterminador de insetos - na agropecuária; Fazedor de cerca - inclusive na agropecuária; Limpador de pasto - na agropecuária; Meeiro - na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Operador de engenho; Parceiro na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Peão - na agropecuária; Pegador de animais - na agropecuária; Peneirador - na agropecuária, Rendeiro na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Roceiro - na agropecuária - exclusive conta própria e empregador; Trabalhador braçal - na agropecuária - conta própria; Trabalhador braçal - na agropecuária - exclusive conta própria; Trabalhador braçal - na agropecuária - exclusive empregador; Trabalhador da coleta de sementes; Trabalhador da produção de sementes agrícolas; Trabalhador de enxada - na agropecuária; Trabalhador na formação de pastagem; Trabalhador rural - na agropecuária - exclusive conta própria; Trabalhador rural - na agropecuária - exclusive empregador.

Descrição Sumária

Tratam animais da pecuária e cuidam da sua reprodução. Preparam o solo para plantio e manejam área de cultivo. Efetuam manutenção na propriedade. Beneficiam e organizam produtos agropecuários para comercialização. Classificam-se nessa epígrafe somente os que trabalham em ambas atividades - agrícolas e da pecuária.

Caracterização dos Serviços

A - Trabalhador Agropecuário - (CBO: 6210-05)

As atividades a serem executadas pelos trabalhadores agropecuários compreendem, entre outras atribuições:

- Auxiliar nas rotinas relacionadas à criação, manejo e tratamento de animais, bem como às atividades agrícolas, utilizando processos manuais ou mecanizados;
- Preparar e fornecer alimentação aos animais, conforme orientação técnica dos profissionais responsáveis;
- Efetuar a limpeza, desinfecção e desinfestação de instalações e animais, conforme métodos previamente definidos;
- Apoiar atividades agrícolas desde o preparo do solo até a colheita e armazenagem, utilizando equipamentos e práticas adequadas;
- Executar atividades diversas no âmbito agropecuário, como: aplicação de produtos veterinários, ordenha (manual ou mecânica), aplicação de defensivos agrícolas, irrigação, colheita, e demais rotinas operacionais;
- Auxiliar na realização de testes técnicos e experimentação agropecuária, conforme diretrizes dos responsáveis pela pesquisa ou produção;
- Manter limpos e conservados os espaços e equipamentos utilizados, como áreas experimentais, celeiros, salas de ordenha, pastagens, estufas, ferramentas e demais materiais;
- Operar máquinas e equipamentos compatíveis com as atividades agrícolas, conforme orientações recebidas;
- Auxiliar no transporte interno de materiais e insumos necessários à execução das atividades do setor;
- Observar e aplicar as normas de segurança do trabalho, utilizando adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Atuar conforme os princípios de biossegurança, zelando pelo uso, guarda, conservação e limpeza dos instrumentos, equipamentos e do ambiente de trabalho;
- Executar o descarte e tratamento adequado de resíduos oriundos do uso de defensivos agrícolas e das atividades experimentais com animais;
- Executar outras tarefas correlatas que venham a ser determinadas, conforme a necessidade institucional.

B - Tratorista - (CBO: 6410-15)

As atividades a serem desempenhadas pelos tratoristas incluem, entre outras:

- Operar tratores, máquinas agrícolas e implementos diversos, em serviços de preparo do solo, aração, plantio, colheita, roçadas, adubação, distribuição de calcário, pulverização, construção de canais de irrigação e açudes, entre outros;
- Conduzir e manobrar tratores e equipamentos, acionando motores e comandos de direção, de acordo com as demandas operacionais;
- Operar mecanismos de tração e implementos agrícolas (como arados, grades, sulcadores, plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, reboques etc.) para execução de atividades específicas;
- Executar atividades de transporte de adubos, esterco, sementes, materiais diversos e produtos químicos, conforme orientações de segurança;
- Operar máquinas especializadas como: plantadeiras, colheitadeiras, enxadas rotativas, sulcadores e equipamentos de plantio direto;
- Realizar bombeamento e aplicação de herbicidas e outros produtos químicos agrícolas;
- Zelar pela qualidade e andamento dos serviços executados, realizando os ajustes necessários para garantir sua eficiência e segurança;
- Cumprir rigorosamente as normas de segurança para operação e estacionamento das máquinas, a fim de prevenir acidentes;
- Efetuar a limpeza, lubrificação e manutenção básica dos tratores e implementos, de acordo com o manual do fabricante, incluindo providências para substituição de pneus, quando necessário;
- Observar e aplicar as normas de segurança do trabalho, utilizando adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Executar outras atividades correlatas que venham a ser atribuídas, conforme as necessidades da instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de profissionais pretendidos na presente contratação deu-se em virtude do aumento das demandas executadas pela Divisão de Apoio às Atividades de Campo, como, por exemplo: a expansão de atividades agrícolas e de pesquisa na fazenda escola, como a implementação de novos cultivos como banana, abacaxi, café, maracujá, figo, mamão, mandioca, campo agrostológico e ampliação da horta. A partir disso, a quantidade a ser contratada foi determinada por meio do levantamento de necessidades da área demandante, da expertise da unidade obtida pela fiscalização do contrato atual (Contrato Administrativo nº 37/2020), pelas projeções de ampliação de infraestrutura (doação de nova área - Fazenda Redil) e pela oferta de novo curso no campus, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029. Em comparação com o contrato atual (Contrato Administrativo nº 37/2020), haverá o aumento de um posto de trabalho para o cargo Trabalhador Agropecuário. Dessa forma, estimou-se a seguinte quantidade de postos de trabalho a serem contratados:

--	--

Tipo de Serviço	Quantidade de Postos
Tratorista (CBO: 6410-15)	1
Trabalhador Agropecuário em Geral (CBO: 6210-05)	3
Total	4

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 303.329,52

O custo estimado total da contratação é de R\$ 303.329,52 (trezentos e três mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela que segue.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviço contínuo de Trabalhador Agropecuário - referente a 3 (três) postos de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$ 5.702,00	R\$ 17.106,00	R\$ 205.272,00
2	Prestação de serviço contínuo de Tratorista - referente a 1 (um) posto de trabalho no período de 1 (um) ano.	15300	Unidade	1	R\$ 8.171,46	R\$ 8.171,46	R\$ 98.057,52
TOTAL ESTIMADO							R\$ 303.329,52

A estimativa do valor da contratação foi elaborada considerando os quantitativos de profissionais previstos para cada função, bem como os custos relacionados ao fornecimento de uniformes, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme demonstrado na planilha de custos e formação de preços anexa ao processo.

Para a composição dos custos de mão de obra, foi realizada consulta ao sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>), com o objetivo de identificar Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais objeto da presente contratação. Contudo, verificou-se a inexistência de convenções coletivas vigentes para as referidas categorias no município de Iturama. Diante disso, para a definição dos salários dos postos de Tratorista e Trabalhador Agropecuário, adotou-se, como parâmetro pesquisa direta junto a empresas prestadoras do serviço, mediante solicitação formal de cotação por e-mail.

No que se refere aos custos dos uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e ferramentas, a pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando-se, prioritariamente, os parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 5º. Nos casos em que não foi possível a obtenção de, no mínimo, três preços válidos por esses critérios, adotou-se, subsidiariamente, o parâmetro previsto no inciso III do referido dispositivo, conforme Nota Técnica constante no processo.

Ressalta-se, ainda, que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, tendo em vista a inexistência de item padronizado que atenda às especificidades da presente contratação, referente aos serviços de Tratorista e Trabalhador Agropecuário. Dessa forma, considerando as particularidades operacionais, técnicas e de execução dos serviços demandados e a ausência de Catálogo Eletrônico de Padronização para os itens a serem licitados, fez-se necessária a elaboração de especificações próprias, compatíveis com as necessidades da Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da eficiência e da competitividade, a regra geral nas contratações públicas é o fracionamento do objeto sempre que tal medida se revelar técnica e economicamente viável. Essa prática visa à otimização dos recursos disponíveis no mercado, ampliando a participação de um maior número de licitantes, inclusive daqueles que não dispõem de capacidade operacional para executar a totalidade do objeto, mas que podem atender de forma autônoma a partes específicas da contratação. O parcelamento, portanto, configura-se como regra e deve ser adotado sempre que o objeto se mostrar divisível, desde que sua fragmentação não comprometa a integralidade da solução pretendida nem ocasione perda de economia de escala.

Isto posto, optou-se pelo parcelamento da solução da seguinte forma: primeira parcela composta pelo posto de trabalho de tratorista e a segunda parcela composta pelos postos de trabalho de trabalhador agropecuário.

Dessa forma, é possível garantir uma maior concorrência no aspecto geral da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O serviço a ser contratado por este certame não necessita da realização de outras contratações correlatas e/ou interdependentes para que os seus objetivos sejam atingidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento está de acordo com o Planejamento de Contratações Anual

I) ID PCA no PNCP: 25437484000161-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;

III) Id do item no PCA: 239;

IV) Classe/Grupo: 851/SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL;

V) Identificador da Futura Contratação: 153035-68/2026.

As informações referentes à disponibilidade orçamentária serão informadas em momento oportuno durante o processo pela Divisão de Gestão Orçamentária.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a futura contratação, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Campus Iturama visa assegurar a continuidade e o pleno funcionamento das atividades de campo desenvolvidas nas áreas experimentais da Fazenda-Escola, em consonância com os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, além da possibilidade de iniciar as atividades na Fazenda Redil, área incorporada ao patrimônio da instituição recentemente.

Do ponto de vista econômico, a contratação é tecnicamente viável e vantajosa, tendo em vista que a instituição já dispõe de contrato similar em vigência, sendo esta apenas uma substituição contratual, com adequação no quantitativo, para atender às necessidades atuais da Universidade.

Benefícios Diretos

- Otimização da produção agropecuária: A presença de equipe qualificada, composta por trabalhadores agropecuários e tratoristas, permitirá a execução adequada das rotinas de manejo animal, cultivo agrícola, entre outras, otimizando a produção da fazenda-escola e o uso das áreas experimentais.
- Aprimoramento das atividades práticas: Os profissionais contratados poderão auxiliar diretamente nas aulas práticas, proporcionando aos estudantes uma formação técnica mais completa, segura e condizente com a realidade do setor.
- Fortalecimento da pesquisa e da extensão: Com suporte operacional adequado, será possível desenvolver projetos de pesquisa e extensão com maior qualidade e regularidade, contribuindo para a inovação e o desenvolvimento regional.
- Eficiência administrativa: A contratação evita sobrecarga de servidores efetivos, garantindo regularidade nas atividades operacionais e favorecendo a continuidade dos serviços institucionais.
- Geração de empregos e função social: A contratação contribui para a geração de empregos diretos no município de Iturama-MG, promovendo o fortalecimento da economia local e o cumprimento da função social da universidade.

Benefícios Indiretos

Em termos institucionais, a contratação contribui para o fortalecimento da missão da UFTM, garantindo os meios necessários para que o campus Iturama continue exercendo seu papel estratégico na formação de cidadãos, no avanço do conhecimento científico e no compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que o serviço objeto desta contratação já é prestado na Universidade, há uma rotina consolidada para a fiscalização da contratação, bem como para o atendimento às demandas do setor de Apoio às Atividade do Campo, da UFTM - Campus Iturama. Dessa forma, não são necessárias providências em relação à possíveis adaptações no órgão, de grandes medidas ou providências para viabilizar a execução do objeto a ser contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A relação dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços contratados e as respectivas medidas mitigadoras são apresentadas na tabela abaixo.

Possível impacto ambiental	Medidas mitigadoras
Poluição causada pelo manejo inadequado de resíduos	<ul style="list-style-type: none">I nclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre o manejo adequado de resíduos sólidos”.Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “realizar o manejo dos resíduos coletados e dos gerados na execução do serviço em conformidade com os procedimentos adotados pela UFTM e com a legislação vigente”; “acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos reutilizáveis e recicláveis para fins de disponibilização à coleta seletiva ou logística reversa”; “respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos”; e “submeter seus funcionários à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante”.
Descarte inadequado dos resíduos	
Poluição ambiental causada pelo uso de substâncias tóxicas ou poluentes	<ul style="list-style-type: none">Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes”; “substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade”; “dar preferência ao uso de produtos biodegradáveis” e “usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA”.
Aumento no consumo per capita de água	<ul style="list-style-type: none">Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “Realizar periodicamente ação de sensibilização voltada aos colaboradores terceirizados sobre o consumo consciente de água, energia e materiais de consumo”;Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: "adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, de energia elétrica e de
Aumento do consumo per capita de energia	

Aumento do consumo per capita de materiais de consumo, como copos descartáveis, papel toalha e papel higiênico	materiais de consumo" e "submeter seus funcionários à participação em ações de sensibilização ambiental promovidas pela contratante".
Poluição sonora devido ao uso de equipamentos que gerem ruídos durante o seu funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão no TERMO DE REFERÊNCIA - item de Requisitos da Contratação: “observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento”.

Devem ser atendidos os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Desperdícios de insumos, excesso de energia e água, ausência de reciclagem, descarte inadequado de materiais tóxicos são os possíveis impactos ambientais a serem destacados.

Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela contratante. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela contratada.

Poderão destacar as seguintes medidas de tratamentos:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta;

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços. A Empresa também deverá atender os Critérios e Práticas de Sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os aspectos abordados neste estudo preliminar, a contratação da solução mostra-se viável e razoável, tendo em vista que os serviços objeto desta contratação são fundamentais para a garantia do desempenho das atividades da Divisão de Apoio às Atividades de Campo. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMARIO NUNO MEIRELES DUARTE

Equipe de Planejamento da Contratação

ALUISIO DOS SANTOS SALUSTIANO GRADELLA

Equipe de Planejamento da Contratação

JOSE MENDES DOS SANTOS JUNIOR

Equipe de Planejamento da Contratação

MARIA HELENA BIANCHINI GELIO

Equipe de Planejamento da Contratação

MAURO FERREIRA MACHADO

Equipe de Planejamento da Contratação

NARA LUDIMILA CORREA CAMILO

Equipe de Planejamento da Contratação

RODRIGO DOS SANTOS SOARES

Equipe de Planejamento da Contratação

